

THIAGO DE OLIVEIRA

**OS ESPAÇOS CULTURAIS DO INTERIOR DO PARANÁ: UMA
ANÁLISE DO ESPAÇO E SUAS POSSÍVEIS INTERPRETAÇÕES**



CURITIBA

2007

THIAGO DE OLIVEIRA

**OS ESPAÇOS CULTURAIS DO INTERIOR DO PARANÁ: UMA
ANÁLISE DO ESPAÇO E SUAS POSSÍVEIS INTERPRETAÇÕES**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de licenciado em Educação Física, no Curso de Licenciatura em Educação Física, Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

ORIENTADORA: PROF^a.DR^a. SIMONE RECHIA

À Deus,

Único com total consciência do processo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, pelas experiências proporcionadas nas variadas fases de minha vida e principalmente por sua fidelidade mesmo em nossos momentos de ingratidão para com Ele. Sua força nos move.

A minha mãe pelo seu intenso esforço em proporcionar todas as condições para a concretização desse anseio e, mais do que isso, por auxiliar nessa arduosa fase de minha vida.

A minha orientadora Simone Rechia, por ser um exemplo de pessoa, compartilhando não só suas experiências, mas também sua vida. Cada momento em sua companhia se torna um aprendizado.

Aos professores de uma forma geral, que puderam contribuir, através de inúmeras reflexões, para meu amadurecimento intelectual durante essa estada de quatro anos em nossa Universidade.

Aos colegas de pesquisa do Cepels, destacando em especial as minhas queridas amigas Talita e Rosane, que participaram ativamente de minha vida acadêmica durante esses quatro anos, compartilhando desafios e contribuindo decisivamente para minha formação. Agradeço pela paciência e amizade profunda que jamais pude corresponder à altura.

Aos meus amigos da Universidade pela força e dedicação nos momentos difíceis que nos vimos obrigados a superar.

À grande Maça Verde pelos infindáveis momentos de reflexão, que me fizeram superar inúmeras linhas de pensamentos e me permitiram exacerbar minha sensibilidade.

À Joyce pela inúmera força na reta final desse trabalhoso processo de conclusão da monografia.

A todos aqueles que representaram uma motivação para que eu cumprisse essa etapa de minha vida.

“Aquele que luta com monstros deve acautelar-se; para não tornar-se também um monstro. Quando se olha muito tempo para um abismo, o abismo olha para você”.

Friedrich Wilhelm Nietzsche

SUMÁRIO

SUMÁRIO	6
RESUMO.....	7
1.1 ESPAÇOS URBANOS: PENSANDO A PÓS-MODERNIDADE	9
1.2 O ESPAÇO PARA O LAZER: CONSUMO X ESPAÇO PÚBLICO	18
2.0 METODOLOGIA - ANÁLISE ICONOGRÁFICA? UMA VIAGEM	
FOTOGRAFICA!.....	27
3.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
3.1 ANÁLISE VISUAL: MODELIZAÇÃO OU CRIATIVIDADE??	34
3.2 UMA TENTATIVA DE PERCEPÇÃO DO FUNCIONAMENTO	
COTIDIANO: CRÍTICAS E APONTAMENTOS	43
3.2.1 HISTÓRICO - ORIGEM DO LOCAL	43
3.2.2 EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	45
3.2.3 ACESSO.....	48
3.2.4 PROJETOS NOS LOCAIS	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS.....	54
ANEXOS	57

RESUMO

O presente estudo procurou realizar uma análise arquitetônica de espaços culturais presentes em algumas cidades do Paraná. Tentamos perceber os variados aspectos que acabam por influenciar a proposição do espaço. Nosso objetivo é perceber a influência da geografia capitalista nos espaços destinados as experiências de esporte e lazer das cidades. Para isso utilizamo-nos de uma análise iconográfica, através de imagens coletadas em viagens pelas cidades paranaenses, além de complementar as informações com o uso de protocolos semi-estruturados aplicados durante a pesquisa. No desenvolvimento de nosso trabalho elencamos cinco problemáticas principais que centralizaram a discussão, sendo elas: *“modelização”*; *Histórico/origem do local*; *Equipamentos e materiais*; *Projetos*; *Acesso*. A partir disso discutimos sobre como as influências da política capitalista dominante em nossa sociedade influem cotidianamente nesses aspectos. Percebemos assim que a configuração espacial se apresenta como mais uma engrenagem para o fortalecimento do estilo de vida voltado para o capital, e os espaços voltados para o lazer estão sendo constantemente submetidos a essa lógica. Com o intuito de contrariar tal lógica realizamos apontamentos para que possamos destinar a devida atenção para as questões espaciais do cotidiano das cidades. O lazer e a espacialidade podem e devem ser instrumentos de questionamento da ordem mundial contemporânea.

INTRODUÇÃO

Em nosso meio urbano atual observamos alterações na configuração dos espaços e essas alterações, que se efetuam e se intensificam no decorrer da história, fazem parte de um processo contínuo e cotidiano que muitas vezes passa despercebido ao nosso olhar. Inspirados pela participação no projeto de pesquisa denominado REDE CEDES¹, que busca estudar os espaços públicos de Esporte e Lazer das principais cidades do Paraná, desenvolvemos neste trabalho uma análise sobre os Espaços Culturais presentes em algumas cidades paranaenses. Partimos do pressuposto de que os espaços não se apresentam como um mero palco de atuação. Entendemos esta categoria como produto (sempre inacabado) de representações, mas também como processo que influencia e direciona subjetividades e possibilidades de atuação. A partir disso refletiremos sobre como se apresentam estes espaços no cotidiano das cidades tentando observar uma possível “modelização” dos espaços presentes. Também buscaremos entender algumas problemáticas que se apresentam no cotidiano desses espaços realizando uma análise documental. Tal trabalho é importante para compreendermos a influência da categoria *espaço*, percebendo suas influências e sua importância para a proposição das políticas públicas de esporte e lazer. Para auxiliar nesse arduo trabalho buscaremos auxílio na geografia e nas ciências sociais dialogando com alguns dos principais pensadores do fenômeno moderno chamado lazer, realizando um diálogo intersetorial, para que se realize uma discussão crítica e transversal. Nesse trabalho discorreremos sobre a proposição dos espaços públicos de lazer a partir de um pequeno recorte de alguns Espaços Culturais² do estado do Paraná, estando estes espaços sob a gestão das Prefeituras Municipais do interior Paranaense. Realizaremos uma análise documental utilizando-nos de imagens e um protocolo semi-estruturado. Não buscamos estabelecer um modelo de espaço adequado, mas buscamos explicar nosso entendimento de que cada espaço deve ser pensado de forma singular. Sendo assim considero impertinente, além de impossível, querer determinar um modelo que objetive ser universalizado.

¹ Projeto vinculado ao Centro de Pesquisa no Esporte, Lazer e Sociedade da Universidade Federal do Paraná

² O estabelecimento do conceito “cultural” aparece como resultado do uso popularizado do adjetivo cultural que, ao senso comum, estabelece como cultural os espaços destinados às atividades artísticas. Na seqüência conceituarei melhor a categoria utilizada.

1.1 ESPAÇOS URBANOS: PENSANDO A PÓS-MODERNIDADE

Para uma discussão da Cidade e seus espaços cabe neste momento abordar algumas problemáticas atuais do meio urbano. Gomes (2002: 11) afirma que “divisão espacial é uma das formas mais antigas que conhecemos de classificar as coisas, não apenas por seus atributos ou valores singulares, mas, sobretudo por sua organização”. Entende-se o espaço como mecanismo de dominação que pode ter regras impostas controlando seu acesso, sua utilização e os comportamentos sociais instituídos em determinado local – fato este que é explicitado no decorrer de nosso trabalho. Este *poder* utiliza-se do território para estabelecer-se sendo “utilizado como forma de expressão e exercício do controle sobre outrem” (GOMES, 2002: 17). Lefebvre (2001) reforça essa tese afirmando que “há um espaço de consumo, mas há simultaneamente o consumo do espaço, ou seja, o espaço também é propriamente um objeto de consumo. As relações sócio-espaciais estão presentes no modo de produção e o espaço atua, simultaneamente, como produtor e produto, como relação e objeto”. Observamos que tal afirmação converge com as idéias apresentadas por Santos (1996, 1997, 2005) e robustece a reflexão do espaço e conseqüentemente da cidade. O controle estabelecido espacialmente é visível quando observamos a mercantilização do mesmo, sendo tratado como mercadoria, uma produção que visa atingir interesses individuais de data classe social e tal relação é verificada ao observarmos os espaços privados que se utilizam da exploração comercial. Podemos citar os Shopping Centers como exemplos de Espaços Capitalizados. Além disto, o que se apresenta discreta é a tentativa de se disseminar o estilo de vida voltado para o capital em todo e qualquer espaço da cidade. Obviamente que esta pode ser considerada uma visão contestada, mas posteriormente realizo argumentos para sustentá-la. A cidade não pode despejar tamanho descuido aos espaços públicos presentes no interior das mesmas. É nestes espaços das cidades que temos a possibilidade de vivenciarmos a vida pública e conseqüentemente discutir o cenário atual, sendo impensável discutir democracia e cidadania sem refletirmos sobre o papel do território no desenvolvimento dessa dinâmica. O próprio território, mesmo que estruturalmente igual, varia a partir das diferentes relações verificadas e desenvolvidas no local.

Santos (1997) afirma que cada lugar é definido por sua experiência corpórea, bem como por sua experiência relacional. É assim que os subespaços existem e se diferenciam uns dos outros. A cidade não pode ser entendida como uma forma que se produz simplesmente pela contigüidade de casas ou pela concentração de indivíduos, mas entendida como uma associação entre pessoas, que é uma forma física e um conteúdo (GOMES, 2002). Lefebvre (2001) traz a idéia da cidade como obra construída pelos cidadãos cotidianamente a partir da sua capacidade criadora:

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é o valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro). (2001: 4)

E essa “orientação irreversível na direção do dinheiro [...]” se apresenta como uma problemática para o espaço urbano, pois basta observarmos o contexto espacial das cidades para notarmos que o “uso principal da cidade”, que deveria ser a “festa” parece esfumaçar-se do cotidiano das mesmas. Na modernidade pode-se entender que tal processo se estabeleceu (e continua se estabelecendo) a partir do discurso do “planejamento urbano” - que foi popularizado no início do século XX - apresentando a idéia de uma planificação dos espaços visando a uma funcionalidade. Essa difusão de modelos se estabelece conjuntamente com o crescimento desordenado das cidades evidenciando uma monotonia e padronização, que ignora qualquer subjetividade e interesse local. Jacobs (1996) estabelece intensas críticas ao que ela chama de Teorias do Planejamento urbano, onde se verifica um descaso com a realidade onde os planejadores “agem de acordo com as teorias que têm sobre as cidades” quando “o cerne da questão é que precisamos urgentemente adquirir e aplicar o mais rápido possível todo o conhecimento sobre as cidades que seja útil e verdadeiro”. Lefebvre (1999) nos indica a possibilidade de o espaço representar o poder Estatal através de sua atuação. Ele entende que “os Homens de estado têm uma concepção política ideologicamente justificada do espaço” e no século XX temos claro que a proposição do estado para o espaço nem sequer se aproximou daquilo que conhecemos por público. O autor trabalha uma categoria importante determinada “Níveis” que nos

proporciona circumspecta reflexão. Estes Níveis estão assim estabelecidos: *Global*; *Misto* e *Privado*. O global se apresenta com o nível onde “se exerce o poder, O Estado, como vontade e representação. O nível *Misto* representaria a cidade intermediando as dependências tanto do *Global* como do *Privado*. Ao *Privado* caberiam as habitações e imóveis e é aqui que, segundo o próprio autor, se estabelece um equivocado descaso. Faz-se pertinente destacar que o nível *Misto* estaria relacionado à cidade e funcionaria como intermédio entre o *Global* e o *Privado*. De maneira abrupta já se pode apontar que o nível M (*Misto*) atualmente tende a se apresentar como reflexo do *Global*, talvez ainda não exclusivamente, mas de forma predominantemente coerente com aquilo que a Política do capital anseia para o mesmo. Tal afirmação se justifica ao verificarmos que o próprio nível P (*privado*) já desponta totalmente “corrompido” não sendo mais representante apenas da subjetividade individual, mas caminhando para uma restrição cada vez maior das diversidades das maneiras de viver. Jacobs trabalha essa questão quando expõe o planejamento *Global* como uma tentativa de “controle e manutenção da ordem”, estabelecido por alguns planejadores. Ela exemplifica uma dessas idéias abordadas:

Uma comunidade planejada deve ser ilhada, como uma unidade auto-suficiente, deve resistir a mudanças futuras e todos os detalhes significativos devem ser controlados pelos planejadores desde o início e mantidos dessa maneira. Em suma, o bom planejamento era o planejamento previamente projetado. (1996: 47)

Tal menção deixa clara a intencionalidade em ignorar todo e qualquer anseio do coletivo que habita nas cidades. Tais idéias são prontamente definidas pela autora como fracassos ambulantes e ela reafirma “é tolice planejar a aparência de uma cidade sem saber que tipo de ordem inata e funcional ela possui” (1996: 43). Não devemos olhar para a cidade pensando na maneira a qual ela deveria funcionar, mas sim nos interessar pela forma que ela realmente funciona.

Os espaços urbanos, da forma como os observamos atualmente, se apresentam como produto (inacabados e cotidianamente re-estabelecidos) da política capitalista do período pós-revolução industrial e torna-se pertinente buscar o entendimento de muitos fenômenos da trama de relações sociais a partir de uma análise espacial. O espaço pode “ser o elemento central desta análise” assim como nos afirma Gomes (2002: 8), mostrando a consciente tomada de responsabilidade da geografia que, hoje, se prontifica a produzir uma “verdadeira interpretação dos

fenômenos, por meio de uma inovadora análise espacial.” (GOMES, 2002: 7). Assim antes de entrarmos numa discussão específica dos espaços de lazer no meio urbano cabe o entendimento mais aprofundando da categoria espaço no contexto atual das nossas cidades.

Dentre variados autores que buscam conceituar o espaço citamos Santos que o define como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações no qual a atividade humana é a base para sua criação” e ao final desse misto de relações poderemos defini-lo como “território usado” (1996: 18). Com isso já entendemos que o espaço apresenta singular relação com o ser humano, não sendo estabelecido como uma “resultante” dos processos sociais ali alocados. Se nos remetermos ao espaço com olhar acrítico corremos o risco de analisá-lo como uma estrutura edificada caracterizando cenários e adereços, mas devemos perceber que o espaço “condiciona, transforma e é transformado durante o conjunto de ações que são produzidas pelo fazer” (SANTOS, 2004). Tratado como dinâmico este espaço pode ser valorizado ao nos proporcionar compreensões de certas manifestações e especificidades da nossa sociedade.

A idéia aqui sustentada é que o espaço físico é preenchido por um vocabulário que se declina a partir de diferentes "lugares" e de variadas práticas. Como essas práticas são relacionais, pois se desenvolvem sob um espaço comum, sua interpretação depende do contexto no qual se inscrevem. Igualmente, elas são orientadas segundo a localização; todavia, ao mesmo tempo em que esses lugares modificam o sentido das práticas, eles são simultaneamente transformados por elas. Eis aí toda a complexidade desse espaço e talvez todo o desafio no qual ele se constitui para a análise das ciências sociais. (GOMES, 2002,: 165)

Para Santos (1997) “é o espaço que determina os objetos” e não os objetos que acabam por determinar o espaço. O desafio proposto pelo autor é tentar fazer com que a materialidade do espaço seja compreendida como uma ação rompendo definitivamente com a percepção do espaço como palco de atuação, consequência e reflexo. Além de considerarmos o espaço como um dos elementos primordiais para reflexão sobre as ações sociais do cotidiano, cabe enfatizar a importância das atividades humanas conjuntamente com o mesmo. Essa relação Sujeito e meio se dá pela técnica, que é definida como “um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz, e ao mesmo tempo cria espaços”. (SANTOS, 2004: 97). É o desenvolvimento da sociedade através de suas

transformações que apresenta o tempo e espaço da forma como vemos hoje. Tudo isso que pensamos ser o espaço pode ser interpretado como uma ferramenta que possibilita sistematizar a relação Sujeito e meio da maneira como esta se observa hoje. O mesmo autor reafirma que a idéia de espaço atualmente não é a mesma daquela que existia no passado. Portanto existem espaços e "espaços", a partir do momento que são considerados historicamente, isto é, em função do tempo. Cabe ressaltar a crescente atenção destinada à categoria espaço, que por muito tempo não foi objeto de estudos aprofundados por parte das teorias sociais. Luchiari³ (1996) nos apresenta uma discussão sobre o desenvolvimento de algumas teorias que buscam vincular o espaço a teoria social. Dentre os pensadores destacados pela autora cabe mencionar Harvey, Soja, Lefebvre e Santos que estabeleceram estudos importantes e reconhecidos pela comunidade acadêmica. A autora afirma que "as narrativas contemporâneas não devem pregar o fim do historicismo, mas uma história espacializada", estabelecendo assim o espaço como importante componente dos estudos históricos.

Neste momento se faz importante discutir o conceito de "lugar", abordado pela geografia como um conceito fundamental para o estudo do espaço. "Lugar" é entendido como dimensão humana manifestada através do cotidiano em que se verifica a partilha de experiências entre as diversas pessoas e instituições presentes na "teia social" do indivíduo. Santos (1997) discutiu intensamente esse conceito apresentando a idéia de "mundo vivido", com o qual entendemos o "lugar" como uma relação mais profunda entre indivíduo e espaço. Ao diferenciarmos esses conceitos discutimos a possibilidade do espaço vir a se tornar um "lugar" a partir do momento que ele é dotado de sentido e significado e obviamente que isso só é realizável a partir do momento em que se tem a oportunidade de vivenciar experiências em determinado espaço. A princípio trabalhado pela geografia, esse conceito vem assumindo diferentes dimensões. O lugar é singularizado a partir das diferentes significações subjetivas que as pessoas têm a possibilidade de atribuir ao ambiente experienciado, constituindo assim uma vinculação das emoções ao local. Tuan

³ Para aprofundamento consultar: LUCHIARI, Maria Tereza D. P. A Categoria Espaço na Teoria Social. **Revista Temáticas**. Campinas, 4(7): 191-238, jan./jun. 1996.

trabalha tal conceito definindo-o como o estabelecimento de laços afetivos que as pessoas vinculam ao espaço. O mesmo autor afirma que a relação estabelecida entre ser humano e ambiente físico é individualizada e singular, visto que parte da subjetividade intrínseca do indivíduo sendo definido pelo mesmo como sentimento “topofílico”. Neste sentido conforme Rechia:

Essas questões implicam compreender o lugar por meio de nossas necessidades existenciais, quais sejam, localização, posição, mobilidade, interação, com os objetos e/ou com as pessoas. Identifica-se essa perspectiva com a nossa corporeidade e, a partir dela, o nosso estar no mundo, no caso, a partir do lugar como espaço de existência e coexistência. (2006: 95)

Nessa perspectiva de mundo vivido, que inclui outras dimensões do espaço, conforme Santos (1997: 89), quais sejam, os objetos, as ações, a técnica, o tempo, o autor se refere ao lugar dizendo:

[...] no lugar, nosso próximo se superpõe, dialeticamente, ao eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo.

Tuan (1983: 61), ao iniciar sua pesquisa envolvendo o “espaço e lugar” expõe seu entendimento:

espaço é um símbolo comum de liberdade no mundo ocidental. O espaço permanece aberto, sugere futuro e convida à ação. O espaço fechado e humanizado é lugar. Os seres humanos necessitam de espaço e lugar, pois as suas vidas são um movimento dialético entre refúgio e aventura, dependência e liberdade. O lugar representa a segurança, enquanto o espaço representa a liberdade.

Os geógrafos estudam os lugares, segundo Tuan (1983), enquanto os planejadores evocam um sentido de lugar. Espaço e lugar são componentes básicos do mundo vivo. Assim, o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Considera o autor que a amplitude da experiência ou do conhecimento pode ser direta e íntima, ou pode ser indireta e conceitual, mediada por símbolos.

Contrariando a lógica predominante⁴ entram em cena a força do espaço

⁴ Entenda-se que a lógica dominante na contemporaneidade é a lógica do capital, que estabelece influências nas formas de ser e estar das pessoas, seja de forma sutil e observável,

público e suas possibilidades de envolvimento e mobilização social. O lugar físico “orienta as práticas e guia os comportamentos e estes por sua vez reafirmam o estatuto público desse espaço” (GOMES, 2002) e é com o cotidiano de tal dinâmica que se caracteriza o espaço público. Sobre isso se tem que

Ele também é um lugar de conflitos, de problematização da vida social, mas sobretudo é o terreno onde esses problemas são assinalados e significados. Por um lado, ele é uma arena onde há debates e diálogo; por outro, é um lugar das inscrições e do reconhecimento do interesse público sobre determinadas dinâmicas e transformações da vida social. Todas as cidades dispõem de lugares públicos excepcionais que correspondem à imagem da cidade e de sua sociabilidade. Por meio desses lugares de encontro e comunicação, produz uma espécie de resumo físico da diversidade socioespacial daquela população. (GOMES, 2002: 164)

Harvey (2004) aponta para a dimensão do fundamento geográfico na luta de classes, no sentido das diferentes políticas existentes nos grupos sociais que habitam diferentes espaços geográficos. Segundo esse autor, a reorganização geográfica é uma das maneiras utilizadas pelo capitalismo como controle as revoluções, não possibilitando espaços de convivência e troca entre diferentes grupos sociais para que não aconteça o diálogo e a reflexão sobre a dominação capitalista. Neste sentido, o capitalismo produz uma paisagem geográfica apropriada à acumulação do capital.

São nos espaços públicos que temos a possibilidade de se encontrar, repercutindo sobre possíveis problemas, num espaço que está ao alcance de todos garantindo condições de uma efetiva comunicação social. Gomes (2002) afirma que estes se apresentam como lugares das indiferenças, onde se observa uma submissão as regras de civilidade, apesar das afinidades sociais, diferenças e singularidades presentes. Harvey (2000) complementa afirmando que tais espaços oferecem relações livres entre os cidadãos, integrando os seres humanos, num espaço de confrontação das múltiplas experiências. Assim são também um componente chave na identidade histórica das cidades o que permite sua projeção ao futuro. Rechia (2006: 97) em suas incursões sobre a cidade dialoga no sentido de compreender as relações entre espaços e cotidiano, partindo da idéia de que tais

ou mesmo de forma perversa e não perceptível. Percebe-se que os Espaços Urbanos e o Lazer sofrem influências dessa lógica e este trabalho parte do pressuposto de que não basta entender

ambientes têm origem pela “necessidade de contato, comunicação, organização e troca entre as pessoas”; conseqüente a estes anseios se estabelece a conjunção da participação ativa com a vida das cidades caracterizados como o “pulsar da vida urbana”. A autora considera que este palco de encontro entre estranhos contribui para a civilidade e para a cidadania como um espaço para manutenção de formas de convívio.

Dupas (2003) num denso e rutilante trabalho⁵ expõe as tensões observadas no que se refere aos espaços da cidade e as contradições do espaço público contemporâneo. O autor, utilizando-se de teorias clássicas, cita que o espaço público correspondia a um espaço de liberdade para os cidadãos, onde estes podiam exercer, de forma crítica, sua participação na gestão de assuntos comuns, espaços que se punham contra o espaço privado, regido pela dominação de poder. Caracterizando a sociedade contemporânea como uma sociedade pós-moderna⁶, tal autor aponta para uma perda do espaço público. Ele afirma:

Hoje as corporações apropriaram-se do espaço público e o transformaram em espaço publicitário; os cidadãos que o freqüentam não o fazem mais como cidadãos, mas como consumidores de informação. Grandes avenidas de nossas metrópoles, e boa parte de suas ruas, transformaram-se em um imenso espaço de *outdoors* e placas de anúncios ou logomarcas. (2003: 17)

Tal afirmação se justifica, segundo o autor, visto que:

O desenvolvimento de uma extraordinária competência do *agir técnico* acabou correspondendo ao crescimento paralelo de nossa impotência em resolver politicamente os problemas coletivos da humanidade, tais como a desigualdade, a miséria e a degradação do meio ambiente [...] Passamos de uma sociedade política a uma organizacional, entendida essa última como uma sociedade de gestão sistêmica e tecnocrática que pretende legitimar os direitos da pessoa; a liberdade, portanto, passou a ser definida de maneira totalmente privada. A identidade política universalista, a qual correspondia o conceito de cidadania, diluiu-se e fragmentou-se, permitindo a proliferação de identidades coletivas não somente particulares, mas parciais e truncadas. (2003: 17)

estas influências, mas também contrariá-las.

⁵ Dupas, Gilberto. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*, Editora Paz e Terra, São Paulo, 2003.

⁶ Verificam-se diversas conceituações sobre a os tempos contemporâneos. Hipermodernismo, ultramodernismo e pós-modernismo são alguns desses conceitos. Para este trabalho nos utilizamos basicamente do conceito de pós-modernismo trabalhado por David Harvey, que direciona suas reflexões basicamente ao campo da arquitetura e do urbanismo.

Enfatizam-se assim os tentáculos do capitalismo e seus mecanismos de cooptação das resistências cotidianas, mas ainda sim se verificam possibilidades de se contrapor a essa ordem hegemônica ao observarmos alguns espaços públicos, que se apresentam como palco de convivência de indivíduos desconhecidos e sua sociabilidade.

Gomes (2002: 157) corroborando com essa tendência de inanição do espaço público expõe:

A urbanidade ou a civilidade são códigos de conduta cada vez mais segregados em pequenos espaços de frequência mais ou menos homogênea. Temos também a tendência a pensar que esses códigos são estritamente relacionados à educação, quando de fato eles são fruto de uma convivência espacial, que, ao se impor, inscreve no espaço a idéia de direitos e deveres do cidadão e, estabelece mensagens explícitas dos códigos de comportamento aceitável. A dinâmica dos espaços públicos se apresenta, por assim dizer, como verdadeiros textos da vida urbana.

A universalização da “sociedade de consumo” dissolve valores como participação, solidariedade, coletividade em prol de comportamentos que direcionam para um individualismo exacerbado, além da desconsideração da esfera pública. Assim se observa a importância do espaço público e a necessidade de vinculação entre estes e os cidadãos, contribuindo para a retomada da identidade coletiva no meio urbano, e assim, a conseqüente supressão dos valores dominantes na sociedade contemporânea;

1.2 O ESPAÇO PARA O LAZER: CONSUMO X ESPAÇO PÚBLICO

A compreensão do fenômeno lazer, entendido aqui como “fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por questões de hegemonia” (MASCARENHAS, 2000: 17) está atrelada, entre outros fatores, à questão do espaço. Como abordado anteriormente, pensar sobre a categoria espacial é pensar em um instrumento importante para a compreensão da realidade se considerarmos que o espaço não é apenas um “palco inerte” onde os atores sociais desenvolvem suas ações. Tanto o espaço é determinado pelo homem a partir de uma relação funcionalista, quanto pode determinar suas ações se constituindo como um instrumento de dominação e poder. Desta maneira, o estudo da constituição dos espaços em nossa sociedade nos dá subsídios para a elucidação dos fenômenos sociais mais complexos como as relações de trabalho estabelecidas, a crescente urbanização e as manifestações sociais e culturais ocorrentes no âmbito do lazer. Marcassa nos afirma que

Toda e qualquer experiência de Lazer se desenvolve no interior de espaços e equipamentos admitidos e aprovados a seu desenvolvimento, de modo que as atividades de lazer dependem e são sensivelmente demarcadas pelos ambientes onde acontecem. (2003: 3)

Observamos atualmente uma forte tendência a subordinação do Lazer ao capital com este se apresentando, de forma cada vez mais veemente, na forma de consumo (MASCARENHAS, 2005). A força da economia de capital parece estar se apropriando de todo e qualquer mecanismo que possibilite a difusão de seus interesses. Sob esta ótica, o lazer é entendido como mercadoria e a lógica capitalista transforma, muitas vezes, os sujeitos em meros consumidores que acabam absorvendo a cultura comercializada, estando totalmente a mercê da lógica dominante no meio social, isso acaba por contribuir para a permanência de um espírito de passividade do usuário desses serviços. Marcassa alerta que no tempo e espaço de lazer

São consumidos produtos culturais intimamente articulados aos interesses do capital e das classes dominantes em disseminar saberes, valores, significados e formas de relacionamento e reproduzir determinada ordem social e seus modos de ser, viver e

compreender a vida correspondentes. Esta é a manifestação do lazer enquanto indústria cultural. (2003: 5)

No desenvolvimento do Lazer normalmente observamos a busca do indivíduo em satisfazer algumas necessidades reais (descanso, vivência lúdica), mas, contudo, ele não percebe que as escolhas que ele faz possuem direta relação com a forma com que se apresenta a sociedade (da qual ele faz parte) e, mais do que isso, estão vinculadas as contradições econômicas presentes na mesma. Sobre isso Pellegrin (2006: 122) aponta

Observando a diversidade de práticas culturais na sociedade contemporânea, percebe-se que houve transformações, mas também essas transformações refletem a estrutura da sociedade como um todo. Assim vemos, por exemplo, alguns tipos de práticas que são largamente difundidos pelos *massa media*, alcançando grande parte da população, outras formas que permanecem restritas aos grandes teatros, aos clubes e a outros equipamentos esportivos especificamente construídos para esses fins, consumidos por uma pequena parte das pessoas, e outras que são apresentadas como forma de resistência social e de preservação da cultura de certos grupos, mas que muitas vezes acabam perdendo os elementos que as caracterizam como movimento de resistência, e terminam até sendo absorvidas e transformadas pela mercado da indústria cultural.

Cabe enfatizar que o Lazer é fruto da modernidade e esta se configurou como uma sociedade urbano-industrial que visava atender aos anseios burgueses e sua idealização de homem, mundo e sociedade.

Usualmente observamos um discurso que aborda a idéia do Lazer como um “momento de ser feliz” e é óbvio que a felicidade deve estar contemplada quando nos remetemos a esse tempo/espço, mas a questão a ser colocada é: *que felicidade é essa?* Considerando que a felicidade é uma realização humana e deve estar pautada numa transformação da sociedade podemos considerar que tal anseio infelizmente não se faz alcançável na realidade atual. Sobre isso Pellegrin (2006:107) afirma que:

o fato de ser feliz não é possível ou, pelo menos, não é possível para todas as pessoas, é preciso uma ação direta sobre esta realidade com vistas a transformá-la e criar as condições para que seja concretamente possível realizar este projeto de felicidade para todos os homens e mulheres.

Aproveitando-se desse anseio constante de felicidade a Indústria Cultural e seus inúmeros mecanismos se estabelecem como possíveis “agentes” de felicidade proporcionando satisfações momentâneas através da aquisição de bens de

consumo, ao passo que tal processo continua gerando outras necessidades e se estabelece como um círculo vicioso. Ter determinado produto não se faz importante por sua utilização, mas o que realmente parece ser importante na “cultura de consumo” é a possibilidade de adquirir tal produto. O Valor de uso das mercadorias se apresenta subjugado ao valor de troca das mesmas, sendo a aparência das mercadorias muitas vezes mais importante que sua utilidade (PADILHA, 2006). Faz-se importante entender a formação das necessidades e os mecanismos midiáticos que, explicitamente, fortalecem e sustentam essa “cultura de consumo”. Tais fatos nos fazem visualizar uma constante manipulação das necessidades, pautada na política capitalista que busca inserir-se em toda e qualquer manifestação humana. Sobre isso se tem que:

[...] na relação de interesses de troca, a tendência para a tecnocracia da sensualidade situa-se economicamente na subordinação do valor de uso ao valor de troca. Uma vez que, com o desdobramento da produção privada de mercadorias, produzem-se essencialmente valores de troca e não “meios de sobrevivência” essencialmente sociais – meios para a satisfação das necessidades -; uma vez que as qualidades das mercadorias, que correspondem às necessidades dos futuros consumidores, não passam, portanto, de um meio para atingir um fim – a realização do valor de troca -, vale o que o jovem Marx acentuou com veemência nos *Manuscritos Parisienses*: todo produto de uma produção privada “é uma isca, com a qual se pretende atrair a essência do outro, seu dinheiro”, a única coisa importante do ponto de vista do valor de troca. Por outro lado, “toda necessidade real ou possível” do homem sensível “significa uma fraqueza que levará a mosca à armadilha”. Onde quer que haja carência, necessidade e precisão surge um proprietário de mercadorias oferecendo seus “amáveis préstimos” através de “amabilíssimas aparências”, para logo em seguida apresentar a conta (HAUG apud. PADILHA, 2006: 136).

O Lazer, como qualquer outro setor, foi prontamente identificado como um lucrativo campo de negócios recebendo grandes investimentos com o objetivo de saciar a demanda de “felicidade” da sociedade, pautando-se majoritariamente no consumo. Tanto isso é verdade que se percebe uma valorização do Lazer, através das diferentes formas de consumo, sejam objetos, bens culturais (espetáculos, shows, livros, CDs, filmes, brinquedos), equipamentos e espaços variados (clubes, academias, shopping centers, parques temáticos) e serviços (internet, canais de televisão por assinatura, viagens, passeios) (PELLEGRIN, 2006). Atraídos pelo ato de consumir (em alguns indivíduos já internalizado como essencial), o sujeito parte para seu tempo de Lazer sem pensar nos significados que tal interstício de tempo pode representar para ele, buscando a satisfação pela possibilidade de compra de

objetos e serviços, pagando por um momento de “felicidade”.

Vamos neste momento discutir um pouco sobre aqueles que podem ser considerados os mecanismos mais eficientes da propagação desse crescente estilo de vida consumista: A publicidade e o *Marketing*. Tais mecanismos atuam com o intuito de criar imagens que representam grande poder de persuasão e indução de comportamentos e, mais do que isso, legitimam a mercadorização de tudo, contribuindo para um eminente processo de “coisificação” (PADILHA, 2006). No desenvolvimento do processo capitalista é imprescindível que as mercadorias se apresentem com uma vida útil reduzida para que se possa obter uma circulação cada vez maior de produtos. Podemos dizer que estamos na era da descartabilidade, onde

a subutilização das mercadorias aumenta a vendabilidade ou a troca de uma mercadoria por outra. Para haver reprodução do capital, a produção deve visar a um consumo descartável, do desperdício. A única coisa que realmente importa ao capital é que as mercadorias produzidas possibilitem a realização do seu valor de troca, independentemente de seu valor de uso (PADILHA, 2006: 140).

Obviamente que a partir dessa lógica a publicidade ganha crucial importância cabendo a ela atuar diretamente nos sujeitos entendendo-os sempre como possíveis consumidores, buscando criar e atingir desejos e necessidades, fazendo-se constantemente do novo. A publicidade atinge profundamente os indivíduos criando relações de amor, desejo e busca entre estes e os objetos indo buscar na subjetividade anseios que não são necessários num plano objetivo. Como característica da publicidade atual verifica-se a impregnação de valores, estereótipos e “estilos de vida” conjuntamente com os produtos oferecidos. Os objetos veiculados pela propaganda se apresentam carregados de significados explorando as emoções de forma muito mais aguda, não sendo tão importante a exploração de seu valor de uso. Tais fatos revelam a capacidade do capitalismo de aperfeiçoar suas formas e mecanismos de controle; isso é algo surpreendente se pensarmos que o lazer surge como uma conquista das lutas das classes trabalhadoras.

Mas quais são os reflexos dessa discussão no que se refere aos espaços de Lazer? Aonde queremos chegar?

O desenvolvimento da sociedade moderna urbanizada tornou o espaço um elemento escasso e economicamente valorizado. Nas grandes cidades, os sujeitos

estão se acostumando a viver com cada vez menos espaço devido à necessidade de se ocupar os espaços sobrantes para os mais variados fins. Um exemplo disso são os condomínios verticais que visam alojar o maior número de pessoas em um menor espaço possível.

Essa redução do espaço de convívio para a utilização funcionalista juntamente com o entendimento do lazer como atividade não produtiva, conseqüências da concentração urbana crescente e irreversível, faz com que os espaços destinados ao lazer nas cidades sejam cada vez mais raros. Segundo Pina citado por Müller (2002: 3)

com esse aumento exacerbado da população no meio urbano é necessário que existam mais áreas e sistemas operacionais de circulação, comunicação energia, serviços e outros, uma vez que o território passa a ser solicitado por um número crescente de habitantes. Com esses aspectos não solucionados, foram reduzidos gradativamente o espaço urbano e qualidade de vida de seus habitantes.

Tal fato representa certa negligência com relação aos espaços públicos disponibilizados a população, fato esse que parte não somente da administração pública, mas também devido à falta de consciência, por parte dos usuários, da importância de apropriar-se de ambientes adequados e que proporcionem diversificadas experiências no seu tempo livre. É de fácil percepção que a melhoria e ampliação dos equipamentos de lazer não são constantemente reivindicadas e assim não são entendidos como uma das prioridades da gestão pública, ocasionando por muitas vezes um sucateamento e descaso nos já ínfimos e inadequados espaços públicos de lazer.

A união entre o descaso com as políticas públicas – que não imputam ao Lazer um caráter de direito universal e necessário para todos – e a falta de consciência da população para a necessidade do desenvolvimento de um Lazer criativo e emancipatório (acrescentando ainda a ineficiência/inexistência dos espaços públicos de esporte e Lazer presentes no meio urbano atual) possibilita ao capitalismo o desenvolvimento de sua política consumista através da privatização desse Lazer. Tal fato é bem representado pela crescente explosão na construção de *Shopping Centers*, que vêm sendo um dos espaços mais representativos (quantitativamente), quando se observam as formas de Lazer da cidade. Tal espaço representa muito bem a sociedade capitalista em geral bem como a “cultura de

consumo” (que constantemente se apropria do Lazer), visto que até mesmo o Lazer torna-se algo a se possuir, a consumir, a usar e a gastar, não havendo a possibilidade da vivência espontânea e desinteressada da criação do Lazer (PADILHA, 2006: 153). Sobre o Shopping Center a autora esclarece:

Caracterizam-se por serem locais capazes de atrair pessoas que se identificam entre si de alguma maneira, constituindo-se como espaços de segregação social, sobretudo no Brasil. Templos de consumo das sociedades capitalistas, são cientificamente planejados, nos seus mínimos detalhes, para a supremacia da ação de comprar. Comprar mercadorias, serviços, alimentação, Lazer, distinção social, segurança, o “modo americano de viver” e a ilusão de felicidade e liberdade [...] torna-se um espaço onde o imprevisível, tipicamente urbano, raramente acontece.

Compreende-se assim a força de tal espaço, se apresentando como principal representante da “sociedade de consumo”, instrumento de manutenção da ordem do capital e que representa o constante processo de mercantilização do Lazer. Ainda respaldado em Padilha (2006: 154) observa-se que:

Vale ressaltar que o *Shopping Center* acaba transformando-se num significativo instrumento de manutenção do capitalismo, o qual reconfigura as cidades de forma a extirpar, junto com os espaços públicos, os valores da coletividade. A complexa engrenagem do *Shopping Center* favorece o enfraquecimento do ser social e do sentido de comunidade. A vida em comunidade precisa de pessoas interligadas, que interajam umas com as outras em prol de interesses da coletividade.

Nessa direção certos espaços públicos podem contrapor a lógica do consumo e da ocupação produtiva do ócio se caracterizando como lugares privilegiados para o desenvolvimento de manifestações culturais e políticas. MASCARENHAS (2004, 2005) nos indica essa possibilidade de se revigorar as políticas sociais, e conseqüentemente, as políticas setoriais de Lazer. Acreditando na possibilidade de visualizarmos o lazer como uma antítese à dissipação da política capitalista, discutiremos alguns princípios apresentados pelo autor visando basear possíveis anseios de ação política, além de estimular algumas formas de resistência, que devem instigar as práticas dos profissionais de nossa área.

Primeiramente fica claro que para a busca de um “outro lazer” é imprescindível pensar uma sociedade diferente. Deve-se buscar lutar contra “relações de dominação, opressão, exploração e exclusão”, visando estabelecer uma cidadania realmente verdadeira garantindo “a todos os membros o efetivo direito de acesso a bens e riquezas materiais e simbólicas produzidas”

(MASCARENHAS, 2005). Torna-se um desafio visualizar o lazer como campo de políticas sociais, sendo um tempo de vivência da cultura, de forma que apresente outros objetivos, contrários a sustentação da perversa ordem econômica dominante, resgatando o sentido de atuação no mundo para os indivíduos (PELLEGRIN, 2006). A economia de mercado baseia-se no lucro e devemos vislumbrar a possibilidade de uma produção mais humana que possa estar direcionada a satisfação das necessidades (não aquelas criadas a partir da cultura do consumo), através de uma economia planejada. Entendemos o capitalismo como um sistema incapaz de proporcionar oportunidades e condições equitativas para toda a população mundial. O que se verifica é um crescente individualismo, em uma sociedade que não valoriza o ser humano, mas sim os bens materiais que ele é capaz de possuir. Claramente os comportamentos sociais são cada vez mais desprovidos de princípios havendo uma contínua “dissolução de valores como dever, responsabilidade, participação, participação, liberdade, democracia etc...” (MASCARENHAS, 2003).

Para contrapor tal lógica torna-se interessante pensar no conceito de “lazerania” trabalhado pelo mesmo. Tal conceito é apresentado a seguir:

E o que estamos concebendo como “Lazerania”, ao passo em que procura expressar a possibilidade de apropriação do lazer como um tempo e espaço para a prática da liberdade, para o exercício da cidadania, busca traduzir a qualidade social de uma sociedade cujo direito ao lazer pode ter seu reconhecimento alicerçado sobre princípios como planificação, participação, autonomia, organização, justiça e democracia, deixando de ser monopólio ou instrumento daqueles que concentram o poder econômico. (MASCARENHAS, 2005: 159)

Tal prática pressupõe uma participação social, tentando proporcionar aos setores populares uma ferramenta que torne possível impor-se para um pleno exercício de poder numa sociedade verdadeiramente democrática. Entendemos o lazer como um meio de proporcionar aos indivíduos condições para uma reflexão sobre a sociedade, visto que ele é entendido como importante mecanismo de manifestação da cultura. O lazer deve objetivar um afastamento das condições de passividade que são evidentes no desenvolvimento da “cultura de consumo” pautando-se no desenvolvimento criativo e emancipatório. Complementando MASCARENHAS (2005: 160-161) nos indica a necessidade de diálogo com as diferenças expondo a complexidade que tal projeto de mudança representa:

Temos pela frente um grande esforço teórico a ser construído, tarefa que deve reunir pensadores e lideranças de variadas tendências progressistas. No campo do Lazer, a despeito das contradições internas, tal articulação deve se efetivar. Isto, pois somente a um intelectual-coletivo é possível o papel de organização de uma nova função para o Lazer, uma funcionalidade desinteressada do ponto de vista prático-material, mas uma funcionalidade interessada no que se refere ao projeto de emancipação humana, uma função portadora da qualidade social que postula a reinvenção do Lazer como um tempo e espaço no e pelo qual os homens poderão por em exercício lúdico toda a sua potencialidade crítica, criadora e, acima de tudo, sócio-transformadora.

Enfatiza-se a pertinência e necessidade de nós, interventores, propormos o lazer como um compromisso para o desenvolvimento de ações políticas conscientes. Fazem-se pertinentes os escritos de Marcassa (2003: 8):

E justamente por ser um campo de disputa hegemônica, lugar onde se conflitam projetos de formação antagônicos, é que temos de transformá-lo num tempo/espaço de acesso, fruição e criação da cultura, de reflexão e ampliação do conhecimento acerca da realidade e de intervenção sob a prática social, permitindo que a sua experiência propicie o desenvolvimento das capacidades humanas em si mesmas e a emancipação dos setores populares.

No que se refere à disponibilização de espaços para o lazer notamos assim uma necessidade urgente na proposição de espaços/equipamentos de lazer que venham possibilitar diversificadas experiências ao sujeito, visto que de nada adianta lutar para o aumento do tempo livre do trabalhador se este acabar por utilizá-lo na afirmação dessa política de “mercolazer”⁷ que vem se constituindo no mundo contemporâneo. Em nosso entendimento, uma das alternativas para que isso aconteça efetivamente é a tomada de responsabilidade por parte do poder público no que se refere à construção e manutenção dos espaços públicos de lazer de acordo com as necessidades e anseios da população. Mascarenhas (2005) aponta que alguns espaços públicos de lazer podem contrapor a lógica dominante evitando assim uma utilização do tempo de lazer apenas nos espaços privados. Sobre isso se têm que:

As praças públicas, os centros de recreação e de cultura popular, entre tantas outras atividades [possíveis] de fortalecimento do uso emancipatório do tempo livre,

⁷ Categoria trabalhada por MASCARENHAS (2005).

constituem alguns exemplos de que a inatividade somente pode ser aprofundada se houver o que fazer fora do trabalho tradicional, principalmente fundado na existência de mecanismos de financiamento do tempo livre. De outra forma, lamentavelmente deverá ser cada vez mais o shopping center o local de exercício do ócio não criativo, praticado apenas pelos que tem dinheiro. (POCHMANN, citado por MASCARENHAS 2005: 165)

A busca pelo acesso aos espaços públicos destinados à cultura de um modo geral se destaca como um dos movimentos possíveis que contrariam a lógica do capital observada (além da busca pela educação pública gratuita, luta pela redução da jornada de trabalho, etc). Assim entende-se a necessidade de os espaços públicos de Lazer estarem disponíveis no meio urbano servindo a uma integração social, contrariando a segregação implícita nas práticas e nos espaços da “cultura de consumo”. Sobre a importância dos espaços públicos de lazer Müller (2002: 2) explana:

O espaço de lazer tem uma importância social, por ser um espaço de encontro e de convívio. Através desse convívio pode acontecer a tomada de consciência, o despertar da pessoa para descobrir que os espaços urbanos equipados, conservados e principalmente animados para o lazer são indispensáveis para uma vida melhor para todos e que se constituem num direito dos brasileiros.

Mascarenhas afirma que “uma política de ‘lazerania’ deve estar articulada ainda a uma reconfiguração da cidade”. Deve-se interromper a privatização dos espaços/equipamentos de lazer e lutar para reverter o sucateamento dos espaços já presentes no meio urbano (estádios, ginásios, teatros, centros culturais, parques, praças). A gestão pública deve direcionar a necessária atenção a esses espaços.

[...] é o poder do dinheiro e da especulação que traça o desenho das cidades. [...] Por isso a necessidade de políticas de planejamento urbano voltadas à questão da distribuição dos espaços e equipamentos de Lazer, procurando, de um lado, acabar com o movimento especulativo e torno dos novos empreendimentos de ‘mercolazer’ e, de outro, ampliar as possibilidades de lazer acessíveis para o conjunto da população (MASCARENHAS, 2005: 166).

Assim finalizamos enfatizando a necessidade de revalorização dos espaços públicos de lazer, antes que eles sejam transformados, pelo capital, em produtos que só serão acessíveis às classes sociais mais altas (MARCELLINO, 2006), deixando de ser local de vivências desinteressadas e espontâneas dificultando ainda mais as já restritas convivências sociais.

2.0 METODOLOGIA - ANÁLISE ICONOGRÁFICA? UMA VIAGEM FOTOGRÁFICA!

A metodologia deste trabalho está pautada em uma análise documental, na qual utilizarei imagens fotográficas e um protocolo semi-estruturado para embasar as questões elencadas.

Este estudo nasceu inspirado pela participação no Projeto REDE CEDES⁸ quando surgiu a possibilidade de aprofundar os estudos realizados pelo grupo de pesquisa partindo para uma análise documental mais criteriosa. Os dados aqui utilizados foram coletados em visitas realizadas pelos membros do projeto no período de 2006-2007. Primeiramente delimito os espaços a serem objeto da pesquisa selecionando os Espaços Culturais⁹. A categoria “Espaços Culturais” aqui engloba os espaços públicos de Lazer administrados pelas secretarias municipais de Cultura e incluem-se aí Teatros, Museus, Bibliotecas, Cinematecas, etc. Posteriormente selecionei nove espaços de cinco cidades do interior do Paraná, sendo dois museus; duas bibliotecas; dois teatros; um centro cultural; uma fundação cultural; um cine teatro. Tais espaços estão distribuídos nas cidades de Cascavel (três), Londrina (dois), Foz do Iguaçu (dois), Maringá (um) e Apucarana (um). Procurei selecionar os espaços a partir de uma avaliação dos protocolos e fotografias que trouxessem uma maior quantidade de informações. Posteriormente procurei autores que embasassem a utilização da fotografia como principal fonte de pesquisa.

Neste trabalho utilizarei imagens fotográficas e, a seguir, apresentarei argumentos que validam tal metodologia. Faço uso, principalmente, do autor Boris

⁸ Como já citado anteriormente, o projeto está vinculado ao CEPELS; Universidade Federal do Paraná e teve início no ano de 2005 estando em desenvolvimento até a presente data.

⁹ As categorias pré-estabelecidas pelo grupo de pesquisa foram: Espaços Culturais; Espaços Esportivos; Praças; Parques. Para um entendimento maior da metodologia utilizada pelo nosso grupo consultar: FRANÇA, Rodrigo de; RECHIA, Simone. O Estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte e lazer: apropriação, desapropriação ou reapropriação? IN: **Esporte e Lazer – Subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas** / organizadores CAVICHIOLLI, F. R.; MEZZADRI, F. M.; SOUZA, D. L. Jundiaí, SP: Fontoura: 61-74, 2006

Kossoy¹⁰ que - através de seu livro *Fotografia e História* - apresenta de forma clara e objetiva argumentos conceituais que abordam o valor documental da fotografia como fonte historiográfica.

As inúmeras imagens fotográficas produzidas no decorrer da história foram capturadas de variados contextos sócio-geográficos e funcionam como uma preservação visual de alguns fragmentos do mundo. Kossoy (2001: 28) afirma que a fotografia é um “intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções” sendo um congelamento do real. Um estudo aprofundado da iconografia fotográfica nos possibilita elencar uma amplitude de informações visuais contribuindo para uma “melhor compreensão do passado em seus múltiplos aspectos” (Idem: 28). Além disso, com toda essa evolução documental das últimas décadas, se observou um alargamento do conceito de documento e, conseqüentemente, a fotografia passou a ser tratada de forma diferenciada. “Não há história sem documento” aponta Saramam. Toda fotografia registra, documentalmente, uma interrupção do tempo, e sendo assim, da própria vida cotidiana e a partir do momento de registro o fragmento recortado do real permanecerá representado em uma superfície sensível por período indeterminado. Pertinente ao estudo se faz a afirmação de que toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente (KOSSOY, 2001: 45). Ainda mais sobre as fotografias Kossoy afirma que

o registro visual nele contido reúne um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento de espaço/tempo retratado. O artefato fotográfico, através da matéria e de sua expressão, constitui uma fonte histórica. Este artefato é caracterizado e percebido, pois, pelo conjunto de materiais e técnicas que lhe configuram externamente enquanto objeto físico e, pela imagem que o individualiza, o objeto-imagem, partes de um todo indivisível que integram o documento como tal. Uma fonte histórica, na verdade, tanto para o historiador da fotografia, como para os demais historiadores, cientistas sociais e outros estudiosos. Assim, uma mesma

¹⁰ Graduou-se Arquiteto pela Universidade Mackenzie (1965), mestrado e doutorado em Ciências pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1977-79). Em 2000 prestou concurso para livre-docência na Escola de Comunicações e Artes da USP e, em 2002, para o cargo de Professor-Titular. Enquanto historiador e pesquisador, tem sua obra mais conhecida voltada à investigação da história da fotografia no Brasil e América Latina, aos estudos teóricos da expressão fotográfica e, ao emprego da iconografia como fonte de pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

fotografia pode ser objeto de estudos em áreas específicas das ciências e das artes. (2001: 47).

Nesta metodologia, é necessária a atenção para não elaborar uma avaliação que desconstrua o valor documental das imagens fotográficas. Alguns autores são bem críticos quanto ao valor iconográfico de uma fotografia, ressaltando que o fotógrafo acaba por direcionar possíveis interpretações e assim nos indica Berger quando afirma que "... a fotografia não só representa a realidade, como também a cria e, finalmente, é capaz de distorcer a imagem do mundo representado. (1984: 120-121). Podemos afirmar então que as imagens procedentes das fotografias podem ter variados graus de iconicidade. BARTHES (1980: 86) traz alguns argumentos conotativos a "iconicidade relativa da foto". Segundo o autor, diferentemente do exemplo da pintura, na fotografia, esta representa não somente o objeto "possivelmente real", mas propicia a leitura de um objeto "necessariamente real". A foto se apresenta como uma "emanação do referente" servindo como um testemunho do que aconteceu (IDEM: 90). Recorrente ao conteúdo documental que expressam, as fotografias podem e normalmente retratam diferentes características de um passado, de um país, sendo imprescindíveis para estudos históricos que abrangem as mais variadas áreas de conhecimento. A partir de um exame técnico-iconográfico das fotografias, de forma detalhada e interpretativa têm-se a possibilidade de recuperar informações (KOSSOY, 2001). A imagem fotográfica não é realidade, mas, pelo menos, sua perfeita analogia, e é exatamente essa perfeição analógica que geralmente define a fotografia. (BARTHES, 1961). Cabe observar que em uma interpretação a análise iconográfica nos exige que direcionemos nossa atenção aos detalhes mais específicos da fotografia observando todo um conjunto de informações que a mesma é capaz de conter. Trata-se assim de detalhar a fonte elencando qualquer informação possível, seja ela explícita ou não, para o desenvolvimento de um estudo aprofundado. Referenciando a utilização desta forma de pesquisa exponho o pensamento de Kossoy:

Assim as imagens que contenham um reconhecido valor documentário são importantes para os estudos específicos nas áreas de arquitetura, antropologia, etnologia, arqueologia, história social e demais ramos do saber, pois representam um meio de conhecimento da cena passada e, portanto, uma possibilidade de resgate da memória visual do homem e do seu entorno sócio-cultural. Trata-se da fotografia enquanto *instrumento* de pesquisa, prestando-se à descoberta, análise e

interpretação da vida histórica. (2001: 55)

Obviamente que um estudo a partir de documentos fotográficos me parece perfeitamente realizável, mas creio que a utilização de uma única fonte de pesquisa pode restringir e limitar a quantidade de informações de determinada pesquisa. Neste estudo acredito ser necessário um complemento aos detalhes observáveis na análise fotográfica utilizando-nos de informações descritas em pesquisa de campo e sistematizadas na escrita. Quando se estabelece a foto como documento e objetiva-se trabalhá-la como tal, torna-se essencial apresentar paralelamente informações escritas. Ao contrário daqueles que se baseiam exclusivamente na fotografia e optam por ignorar tal verdade elementar, impõe-se como indispensável o uso de tais informações para complemento do trabalho de pesquisa.

Deve-se entender que a imagem fotográfica é um meio de conhecimento pelo qual visualiza-se microcenários do passado; contudo, ela não reúne em si o conhecimento do passado. O exame das fontes fotográficas jamais atingirá sua finalidade se não for continuamente alimentado de informações iconográficas (necessárias aos estudos comparativos) e das informações escritas de diferentes naturezas contidas nos arquivos oficiais e particulares, periódicos da época, na literatura, nas crônicas, na história e nas ciências vizinhas. De outra forma, jamais traremos elementos sólidos de apoio e as pistas necessárias para a correta identificação dos assuntos representados. É um engano pensar-se que o estudo da imagem enquanto processo de conhecimento poderá abdicar do signo escrito. (KOSSOY, 2001: 79)

A imagem apresenta-se como possibilidade histórica de representações e essa síntese do real, a qual contém, nos informa acerca desse momento através de um inventário de informações que aguardam por uma interpretação detalhada e competente. Dentre esses objetos passíveis de representação iconográfica destacamos o espaço urbano e as formas arquitetônicas, que formam a base deste trabalho.

Contudo, na análise das imagens fotográficas do passado, cujos conteúdos encerram quase que exclusivamente retratos posados de estúdios e vistas urbanas e rurais captadas na sua estaticidade, torna-se difícil levantar dúvidas quanto à fidedignidade dessas representações do ponto de vista iconográfico. Tratam-se de registros mecânicos de fragmentos do mundo visível caracterizados em geral pela inexistência de fatos dinâmicos que poderiam eventualmente ser flagrados em sua espontaneidade. Os conteúdos dessas imagens mostram assuntos geralmente bem organizados em sua composição e aprioristicamente petrificados, antes mesmo do congelamento fotográfico. Tratam em essência de imagens estáticas que contêm assuntos também estáticos: as duras, passivas e estereotipadas expressões humanas dos albuns de família, os edifícios, os monumentos, as ruas quase sem

vida, a natureza imóvel. (KOSSOY, 2001: 105)

Infelizmente a imagem fotográfica restringe a interpretação ao momento estático apresentado em específico momento histórico e mesmo como indiscutível elemento para compreensão do passado, tal mecanismo não possibilita o conhecimento definitivo e irrefutável dele. Temos a oportunidade de levantar aspectos e fragmentos de uma realidade, mas levando-se em consideração que o registro se apresenta como uma possibilidade do real e as inúmeras possibilidades são determinadas por aquele que determina o recorte do real: o Fotógrafo. Essa capacidade de intervenção por parte daquele que fotografa apresenta-se como um risco de manipulação do objeto, que assim sendo, pode afastar-se da aparência natural do momento de registro. Apesar de tal menção a fotografia é análoga ao real e o que se faz indispensável é compreender que o documento já pode ser interpretado antes mesmo da tomada de seu registro. Mesmo acreditando na verdade proporcionada pela câmera, toda e qualquer autenticidade será passível de interpretação. MACHADO (1984: 40) argumenta que:

"a fotografia não pode ser registro puro e simples de uma imanência do objeto: como produto humano, ela cria, também com esses dados luminosos, uma realidade que não existe fora dela, nem antes dela, mas precisamente nela".

Apesar de consciente da imensa possibilidade informativa está claro que qualquer imagem, por maior seja seu valor iconográfico, jamais será capaz de substituir a realidade a qual se estabeleceu no passado.

Ela apenas trás informações visuais de um fragmento do real, selecionado e organizado estética e ideologicamente. A fotografia ou um conjunto de fotografias não reconstituem os fatos. A fotografia ou um conjunto de fotografias apenas congelam, nos limites do plano da imagem, fragmentos desconectados de um instante de vida das pessoas, coisas, natureza, paisagens urbana e rural. Cabe ao intérprete compreender a imagem fotográfica enquanto informação descontínua da vida passada, na qual se pretende mergulhar. (KOSSOY, 2001: 114).

Dessa forma no esforço de estudar tais imagens, podemos obter diferentes interpretações levando-se em conta aquilo que projetamos individualmente a partir de nosso repertório cultural, nossa situação sócio-econômica, nossos preconceitos, nossa ideologia, sendo isso imprescindível para entendermos que cada imagem pode gerar uma pluralidade de interpretações (IDEM: 115). E é partindo de minhas interpretações que trarei elementos relevantes à discussão do espaço e seus

possíveis significados, pressupondo que tal trabalho se articula como apenas mais uma contribuição possível dentre as diversas possibilidades de compreendermos o meio urbano.

3.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciamos nossa discussão através da análise de algumas fotografias destacando a problemática da “modelização”. Posteriormente discutiremos as informações elencadas a partir de um estudo dos protocolos de observação específicos de cada espaço. Durante o aprofundamento nos temas abordados surgiram cinco problemáticas principais, que puderam ser observadas no decorrer do estudo e as avaliamos como influências primordiais no funcionamento cotidiano dos espaços presentes nessas cidades. Discutiremos a seguir as seguintes problemáticas: *“modelização”, Histórico/ origem do local; Equipamentos e materiais; Projetos; Acesso.*

3.1 ANÁLISE VISUAL: MODELIZAÇÃO OU CRIATIVIDADE??



(3.1.1) Cine teatro Fênix



(3.1.2) Teatro Municipal Kalil Haddad



(3.1.3) Teatro barracão



(3.1.4) Centro cultural Gilberto Mayer



(3.1.5) Museu de artes de Cascavel



(3.1.6) Museu de arte de Londrina



(3.1.7) Biblioteca pública Municipal Sandálio dos Santos



(3.1.8) Fundação Cultural de Foz do Iguaçu



(3.1.9) Biblioteca Municipal Pedro Viriato Parigot de Souza



(3.1.10) Biblioteca Municipal Pedro Viriato Parigot de Souza



(3.1.11) Fundação cultural de foz do Iguaçu



(3.1.12) Fundação Cultural de Foz do Iguaçu

Iniciamos nossa análise observando as três primeiras gravuras (3.1.1, 3.1.2, 3.1.3), que representam auditórios de três espaços diferentes. Inicialmente já se percebe uma semelhança entre os três. Tais locais são destinados predominantemente para a permanência dos usuários durante a contemplação e apreciação de peças teatrais, espetáculos artísticos, entre outras apresentações de palco. Já se percebe de antemão uma composição dos bancos com as cores predominantes sendo preto e vermelho. Utilizo-me de minhas breves memórias e tento lembrar-me de algum teatro ou anfiteatro que disponibilize seus bancos com as cores amarela ou roxa. Parece-nos impensável ou irrealizável pensar em espaços assim, que parecem fugir a uma padronização que predomina nestes ambientes. Um usuário que utiliza sistematicamente o Cine teatro Fênix, localizado em Apucarana e posteriormente realiza uma visita ao Teatro Municipal Kalil Haddad, da cidade de Maringá, não observa nenhum elemento que represente uma eminente diferença ou inovação. Os pisos apresentam-se muito semelhantes, principalmente em sua *cor* discreta (não tanto em sua *textura*). As *dimensões* dos espaços parecem-me por demais semelhantes, visualizando suas paredes, suas cores. Os aspectos do teto. Os bancos como já mencionados, por demais análogos em sua disponibilização, seu formato. O palco, predominantemente de madeira. São variados aspectos que caracterizam e representam uma “modelização” – que aqui se entende como uma proposição, um modelo que representa uma universalização. Como já abordado na discussão bibliográfica entendemos que a definição de um modelo adequado não pode ser realizada, visto que se deve respeitar uma variação de modelos e formas na construção arquitetônica. Tal modelização representa uma perda da referência simbólica desses espaços. Adorno & Horkheimer (2006: 99) já afirmavam na metade do século XX “que a cultura contemporânea confere a tudo um ar de semelhança”. Essa semelhança verificada nos espaços acima citados representa uma arquitetura modernista onde se observava, basicamente, a busca pela funcionalidade. JACOBS (1996) ao se referir à arquitetura modernista critica os planejadores urbanos, tomando-os como inimigos da diversidade já que estes desconsideraram as diversidades e tomavam-na como desorganização e irracionalismo. Os problemas estéticos eram desconsiderados em nome da funcionalidade. Ao que parece os responsáveis pelos espaços culturais acima citados apresentam uma identificação

muito grande com a arquitetura modernista. Sobre isso Rechia), utilizando-se das idéias de Harvey afirma:

Os projetos urbanos devem ser mais sensíveis as tradições próprias da região, às histórias locais, gerando formas arquitetônicas especializadas que podem variar de espaços íntimos ao espetáculo, da modernidade ao tradicional. Destaca que o ambiente construído constitui elemento de um complexo de experiências urbanas, vitais para se trabalhar novas possibilidades culturais. Para ele, o modo como os espaços de uma cidade se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar e realizar novas sensações e práticas culturais. (2005: 53)

Observa-se assim a representatividade da arquitetura e da proposição dos espaços. Lefebvre discutiu a questão do “planejamento espacial instrumentalizado” quando analisou a influência homogeneizante do capitalismo na modernidade a partir de um olhar destinado à urbanização/espacialização, verificando que o capitalismo “cria uma espacialidade própria, sustentando-se por uma ideologia social e se reproduz – ao mesmo tempo – através da homogeneização, fragmentação e hierarquização” (LUCHIARI, 1996: 216). Adorno & Horkheimer, semelhante idéia, explanam sobre as imposições do capital citando os projetos de urbanização que visam a perpetuação do indivíduo como se este fosse independente, submetendo-os ainda mais profundamente aos tentáculos do capital. Segundo o autor se verifica uma padronização da cultura, buscando estabelecer uma satisfação de necessidades iguais. Tal processo que se estabeleceu com o desenvolvimento da modernidade, vincula aos produtos a imposição de uma ideologia, que esta submetida aos interesses do capitalismo. Os espaços culturais que nos utilizamos para o início da discussão (gravuras 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3, 3.1.4, 3.1.5, 3.1.6) representam a lógica de universalização de sua estrutura espacial, tanto arquitetonicamente, bem como seus equipamentos internos. É interessante observar como uma construção teórica que se utilizou do contexto da metade do século XX apresenta uma conexão com a interpretação dispensada a nosso objeto de análise.

Percebemos assim ao compreendermos as idéias de Adorno e Horkheimer que se verificava uma universalização e negação de um autêntico estilo. Nas palavras dos autores:

Eis por que o estilo da indústria cultural, que não tem mais de se pôr à prova em nenhum material refratário, é ao mesmo tempo a negação do estilo. A reconciliação do universal e do particular, da regra e da pretensão específica do objeto, que é a única coisa que pode dar substância ao estilo, é vazia, porque não chega mais a

haver tensão ente os pólos: os extremos que se tocam passaram a uma turva identidade, o universal pode substituir o particular e vice-versa (2006: 107).

Harvey (2000: 69) fala da arquitetura como forma de comunicação, afirmando que “a cidade é um discurso e esse discurso é na verdade uma linguagem” e nós “absorvemos essas mensagens”. Tal comunicação pode representar uma comunicação ideológica se conectarmos com a tese de Adorno & Horkheimer, mas, ao contrário, destes Harvey (2000) não concorda com afirmações que visualizam o estilo modernista de arquitetura como uma simples representação ideológica. Discorrendo sobre as idéias de Harvey Rechia expõe:

A uniformidade e a padronização eram necessárias naquele momento histórico. Os ditames dos custos e eficiência, associados às restrições organizacionais e tecnológicas tiveram papel tão importante quanto a preocupação ideológica com o estilo. O autor considera errado colocar a culpa dos males urbanos do desenvolvimento pós-guerra no movimento moderno, sem considerar a política econômica que comandava a urbanização naquele período. (2005: 57)

Parece-nos um paradoxo, mas o que se pode entender pelo diálogo dessas explicações é que a indústria cultural veio a usurpar essa necessidade de reconstrução rápida e econômica para dissipar sua ideologia, sendo essa necessidade de reconstrução uma necessidade não feitichizada ideologicamente. Essa “pobreza” de estilo pode também, mesmo que indevidamente, ser justificada pela escassez econômica e necessidade urgente de reconstrução. Ao conectarmos com nossa análise iconográfica parece impensável compararmos contextos tão diferentes (um pós-guerra e nossa sociedade contemporânea “pacífica”), mas faz-se possível percebemos algumas relações. Talvez essa “modelização” observada em alguns espaços possa ser reflexo da escassez de recursos públicos, sendo essa uma das causas, conjuntamente com a propagação da corrente ideológica do capital. Cabe observar que a Indústria Cultural atingiu proporções que talvez nem mesmo Adorno e Horkheimer pudessem prever, visto que seus mecanismos de cooptação das resistências parecem desfalecer com cada vez mais velocidade as tentativas de fuga ao sistema. Ao avaliarmos o contexto atual observamos, utilizando-nos dos trabalhos Harvey, uma certa superação da arquitetura modernista para aquilo que o autor afirma ser um período pós-moderno. Atualmente observa-se uma preocupação em apresentar a cidade com uma imagem positiva e as formas

urbanas são um meio de se atingir essa necessidade. Num primeiro momento parece-nos que estamos rompendo a visão “modelizadora“ da política de capital, mas engana-se quem analisa os fatos de forma superficial. Com tentáculos de constante mutação o sistema econômico vigente teve papel determinante nessa necessidade de criação das imagens. Utilizando-nos de Rechia, em suas incursões pelas idéias de Harvey tem-se que:

Dar determinada imagem à cidade por meio da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas num período (que começou em 1973) de competição interurbana e de empreendedorismo urbano intensificado (2005: 56).

Navegando por tais idéias entendemos que a modelização observada nos espaços culturais é reflexo da política econômica vigente, mas a superação desse modelo não representa uma fuga à geografia capitalista, mas simplesmente uma adequação as necessidades contemporâneas de construção do espaço.

Dando seqüência a nossa análise iconográfica fazemos uso das gravuras 3.1.7 (Biblioteca pública Municipal Sandálio dos Santos), 3.1.8 (Fundação Cultural de Foz do Iguaçu) e 3.1.9 (Biblioteca Municipal Pedro Viriato Parigot de Souza), 3.1.10 (Biblioteca Municipal Pedro Viriato Parigot de Souza), 3.1.11(Fundação cultural de foz do Iguaçu) e 3.1.12 (Fundação Cultural de Foz do Iguaçu). Tais imagens nos representam uma busca pela criatividade e pela diferença. Entra em cena a figura do arquiteto rebelde discutida por Harvey (2004: 311), quando este explana sobre a importância de se perceber o planejador do espaço como “uma roda na engrenagem da urbanização capitalista, sendo tão construído por esse processo quanto é construtor dele”. Notamos pelas imagens uma fuga a modelos estabelecidos. Podem-se observar as diferentes formas das mesas, paredes, mas principalmente com relação à decoração, bastante enfatizada nas gravuras 3.1.10, 3.1.11 e 3.1.12. É interessante os espaços se revelarem diferenciados, sendo que as principais singularidades são percebidas quando voltamos nossa atenção aos locais destinados para o público infantil. Verificamos uma variação muito maior de cores, formas e estilos nestes locais e tal fato representa um anseio por prender a atenção dos usuários. O ambiente diferenciado convida a apropriação e mais ainda ao tratarmos com o público infantil.

Por outro lado faz-se importante entender que essas singularidades do

espaço devem partir não apenas dos planejadores, mas sim representar a vontade coletiva da população. Só assim podemos considerar a superação da arquitetura modernista como um avanço político, visto que a arquitetura não pode ser uma representação dos interesses capitalistas. A produção do espaço é um direito constituído e os indivíduos e coletividades devem buscar o atendimento de suas necessidades e a realização de seus desejos. Sobre os direitos da produção do espaço Harvey aponta:

Porém o direito a produzir o espaço ultrapassa em muito a capacidade de circular no interior de um mundo espacialmente estruturado pré-organizado. Significa, além disso, o direito de reconstruir relações espaciais (formas, recursos de comunicação e regras territoriais) de maneiras que transformem o espaço de um arcabouço absoluto de ação num aspecto mais maleável e relativo da vida social. (2004: 308)

Finalizamos tal análise destacando a importância das questões arquitetônicas para a compreensão dos processos alocados nos espaços públicos de lazer, representando as inúmeras influências sociais que são materializadas pela proposição dos espaços. Cabe ao “arquiteto rebelde” buscar, desejar e sonhar com a diferença (HARVEY, 2004), prezando pela sintonia com as necessidades coletivas da população.

3.2 UMA TENTATIVA DE PERCEPÇÃO DO FUNCIONAMENTO COTIDIANO: CRÍTICAS E APONTAMENTOS

3.2.1 HISTÓRICO - ORIGEM DO LOCAL

O histórico/origem do local aparece neste momento para expor como se deu a implementação dos espaços, aqui expostos como Culturais, nos locais em que eles estão alocados no hoje. Não nos interessa neste momento buscar processos burocráticos ou esmiuçar o planejamento específico de cada espaço pesquisado, mas sim saber qual a estrutura física estava presente antes da implantação do específico espaço Cultural.

Inicialmente merece destaque o fato de que muitos dos espaços culturais se mostram improvisados em determinados locais. A Biblioteca Pública Sandálio dos Santos, localizada na cidade de Cascavel, funciona no edifício onde antigamente ficava instalada a prefeitura. Assim o espaço disponibilizado teve que ser adaptado para proporcionar a instalação da biblioteca. A estrutura física disponível já estava definida antes mesmo de se pensar nas necessidades que uma biblioteca tem ou no caso teria. Os anseios desse espaço podem não ser contemplados a partir dessa política de improvisação. Mesmo que não pareça inapropriado, tal fato merece ser discutido, observando em que medida a improvisação do espaço prejudica ou não a organização do espaço presente. Muller (2002) já aponta para a necessidade de se cumprir a legislação para a definição de espaços institucionais em novos loteamentos, visto que muitas vezes as áreas destinadas para tais alocações é imprópria. Neste caso observamos a biblioteca funcionando normalmente, sem algum problema espacial evidente. Mas cabe-nos um questionamento: *Quantas possibilidades se vêm perdidas devido à necessidade de se “adaptar” e em alguns casos até abdicar de algumas propostas devido ao espaço limitado ou inapropriado que muitas vezes são disponibilizados para nossos Museus, Teatros e Bibliotecas?* Dos nove espaços que fazem parte deste trabalho, cinco abrigavam outras instituições anteriormente (dois deles abrigavam antigos fóruns, um abrigava uma delegacia, um a Prefeitura e outro uma Rodoviária), sendo que sua estrutura física já estava definida e delimitada. Além disso, dentre os outros espaços observamos que anteriormente funcionava um estacionamento e até um campo de Futebol nos locais

onde hoje se observam Espaços Culturais. Atentamos nesse momento para a necessidade de um planejamento e cuidado com a proposição dos espaços de Lazer. Infelizmente o que nos transparece ao avaliarmos a origem desses locais é que a gestão pública parece direcionar, para a implementação dos espaços Culturais, locais sobrantes e já estruturalmente estabelecidos, e não locais devidamente pensados e planejados. Enfatizamos que tal política nos parece imprópria limitando as possibilidades de se alcançar determinados objetivos.

É fato que ao estarem devidamente planejados esses ambientes têm grande possibilidade de se mostrarem mais efetivos para os cidadãos diminuindo o surgimento de espaços “inapropriados” que muitas vezes se apresentam sem conforto, sem acústica, sem “segurança” e tecnicamente inadequados. Vale ressaltar que um planejamento adequado não se resume ao estudo técnico daquilo que será instituído. Faz-se importante um estudo da realidade que receberá esse espaço, buscando atender as necessidades e anseios da população. Marcellino (2006: 75) nos cita que talvez seja necessário “uma nova forma de planejamento” prezando pela participação a partir das aspirações da população “em consonância com o próprio conceito de Lazer”. A gestão pública, constantemente, deixa de realizar pesquisas junto à comunidade procurando compreender possíveis interesses e necessidades, quando é notável que o fato de a população participar das decisões e acompanhar o desenvolvimento da construção do espaço contribui para se estabelecer um vínculo com o local, contribuindo para um maior comprometimento e cuidado para com o mesmo. Antes de se elaborar um projeto é necessário se estabelecer uma pesquisa junto aos usuários, detectando as necessidades considerando o que desejam e não possuem observando o que for mais destacado pela maioria, mas sem desconsiderar grupos marginalizados (idosos, crianças) (MUELLER, 2002). Tal fato é de singular complexidade visto que pressupõe uma compreensão da população sobre a importância do Lazer em seu cotidiano. Pinto (2006: 87) expõe que a implicação disso é “uma política pública com clareza de intenção e qualidade de planejamento e intervenção, articulando competência técnica e política na formulação de seus princípios [...]”.

Esse é um ponto importante e que se faz necessário na hora da implantação das políticas públicas municipais. Esse descaso, como já enfatizado anteriormente, desvaloriza o espaço de Lazer e apenas facilita o estabelecimento hegemônico de

espaços privados de Lazer, nos quais, como os Shoppings Centers, tudo se apresenta cientificamente planejado (PADILHA, 2006), contrastando com esse descaso da gestão pública. Devemos assim lutar para que os espaços públicos e, nesse caso específico, os Culturais, sejam devidamente planejados, partindo de um diálogo com os usuários, com a participação de uma equipe intersetorial (engenheiro, professor de educação Física, sociólogo, arquiteto, etc), estabelecendo-se de forma efetiva no cotidiano das cidades como um espaço que atende aos anseios da população.

3.2.2 EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

Os Espaços Culturais apresentam uma singularidade em relação a outros espaços públicos de Lazer como Parques, Praças, complexos esportivos, etc. A necessidade de equipamentos que podem ser considerados um pouco mais “complexos” faz com que estes espaços tenham sua especificidade e ao mesmo tempo demonstrem uma certa dificuldade em conseguir administrar o espaço referido e seus variados equipamentos. Além da dificuldade de se estabelecer um local adequado, há um outro problema muitas vezes enfrentado pelo gestor público: a dificuldade de se equipar estes locais.

Notamos uma demanda por equipamentos tecnológicos (no caso dos teatros e cinemas públicos), acervos de livros (bibliotecas) além de inúmeras necessidades que vêm a compor os Espaços Culturais visando o aumento de suas possibilidades de apropriação. Pinto (2006) expõe a complexidade da demanda gerada quando se busca uma democratização de vivências culturais diversificadas, tentando atingir pessoas de todas as faixas etárias e necessidades especiais, que anseiam por participar de distintas formas de Lazer. Muitas vezes a demanda por diversos materiais e equipamentos não é contemplada satisfatoriamente, (e esta pesquisa pode confirmar). Sobre os equipamentos de lazer Muller (2002: 6) explana:

Ao ser projetado um espaço com equipamentos para o lazer, necessariamente deve-se levar em conta os conteúdos ou interesses do lazer, para que se contemplem o maior número de opções possíveis, para que os usuários vivenciem experiências significativas, de qualidade e diversificadas. Isso oportunizará que o espaço criado possa ser um espaço pedagógico que ofereça a oportunidade para que as pessoas

sejam educadas para e pelo lazer.

Por outro lado, quando presentes, alguns equipamentos (que necessitam de um cuidado específico) se nostram imbuídos de uma fragilidade de uso que demanda uma cautela, às vezes até excessiva, e que pode - em alguns momentos - limitar sua disponibilidade para utilização. Dentre os inúmeros equipamentos, verificados nos protocolos, que estão presentes nos espaços pesquisados destacam-se: títulos de livros; revistas; jornais antigos; sala de computadores; palco; aparelhagem de som; Camarins; auditório; cerâmicas; quadros; etc. Devido a isso cito a eminente fragilidade de alguns equipamentos, sendo isso determinante na utilização e usufruto dos mesmos e, conseqüentemente, das variadas experiências de lazer possíveis nesses espaços. Fazendo-se do discurso do cuidado e da incapacidade dos usuários em utilizar-se de alguns materiais verificamos alguma restrição a sua fruição. Tal fato é exemplificado no Centro Cultural Gilberto Mayer, no qual o Museu da Imagem e do Som de Cascavel está acessível apenas a pesquisadores. O local possui milhares de documentos que buscam reconstituir o histórico da cidade e região, contendo imagens, filmes e registros da colonização. A iniciativa de tentar conservar possíveis patrimônios históricos, compreendendo a dinâmica de colonização da cidade é importante e pertinente, mas não se verifica a participação e usufruto da população em tal espaço. Pelo menos não para a grande maioria da população, que infelizmente não possui um *status* que os definam como pesquisadores. Tal acervo histórico merece um acesso sensato, mas questionamos o fato desse conhecimento popular estar restrito. Apontamos assim para a necessidade de se realizar projetos de utilização destes locais, trazendo a população para conhecer tais possibilidades através de um uso direcionado e supervisionado (pelo menos a princípio). O lazer como já enfatizado não pode ser palco de segregação e a contemplação bem com as atividades intelectuais fazem parte desse tempo/espaço dos cidadãos. Para contrapor a esta situação restritiva acima exemplificada faço uso de outra dinâmica de funcionamento que se faz presente na biblioteca pública Sandálio dos Santos, também na cidade de Cascavel, onde está instituída uma cinemateca. Neste local tem-se a possibilidade de utilização a partir de visitas orientadas, com um funcionário para auxiliar em uma experiência que, muitas vezes é nova para os usuários. Tal intervenção se

assemelha ao desenvolvimento de projetos de utilização, que posteriormente irei abordar.

Ainda sobre os equipamentos observamos certa dificuldade devido à limitação de recursos financeiros. Aproveitando-se da passividade da população, verificamos a “falta de espaços para o lazer, quase sempre colocado numa falsa hierarquia de necessidades” (MARCELLINO, 2006: 73). Em três locais pesquisados foram registradas observações que expunham a falta de recursos para aquisição de equipamentos, de espaço, de funcionários, etc. Compreendemos a onerosidade da administração dos espaços culturais, que na dependência do repasse de dinheiro público acabam convivendo com incertezas devido a constante escassez orçamentária. Os espaços privados realizam investimentos mais substanciais em equipamentos para seus espaços ao compararmos com a esfera pública, tornando esses últimos defasados, representando uma negligência do poder público para essa questão (MARCELLINO, 2006). Ainda assim atentamos para que não se desenvolvam políticas de cobrança. Posteriormente discutiremos mais profundamente tal problemática, mas mesmo com essa necessidade financeira não podemos legitimar algumas práticas que se apresentam em alguns espaços públicos de Lazer, onde se verificam a cobrança de taxas e aluguel para sua utilização (principalmente para empresas privadas). Tal fato apenas contribui para desresponsabilizar a administração pública que já não dispensa o cuidado necessário para os Espaços Públicos de Lazer. Novamente MARCELLINO (2006) nos aponta que precisamos fazer com que o poder municipal entenda a importância destes espaços antes que estes sejam cooptados e transformados em produtos inacessíveis às camadas populares. Uma alternativa para a aquisição de equipamentos, e que nos parece mais plausível, é a formação de parcerias entre as esferas públicas. Observamos um caso, na cidade de Apucarana, em que a Secretaria Municipal realizou uma parceria com a esfera Estadual para a compra de equipamentos de som e imagem para a Fundação Cultural do respectivo município. Apesar do recurso ser da esfera estadual o equipamento foi vinculado a prefeitura, cabendo a ela a administração e manutenção do mesmo. Apontamos para a importância da gestão pública sistematizar adequadamente os projetos, planejando suas ações e necessidades para os espaços em questão, possibilitando uma maior aproximação com as esferas Estadual e Nacional.

3.2.3 ACESSO

Ao discutirmos o acesso da população aos espaços públicos de Lazer duas questões surgiram com destaque em seu determinismo e influência das possibilidades: A cobrança e o horário de funcionamento.

Primeiramente discutiremos o fato de alguns espaços cobrarem por sua utilização em determinadas ocasiões. Temos consciência da escassez de recursos normalmente verificada na administração de tais locais, mas cabe neste momento refletir sobre a pertinência ou não de tal tributação. Muitas vezes essas práticas de cobranças já se estabeleceram como normais, mas toda prática deve ser discutida mesmo que já se observe aceitável por parte da população. Considerando que os espaços culturais são Espaços Públicos de Lazer e pressupõe uma gratuidade já iniciamos tentando desconstruir toda e qualquer forma de cobrança, visto que essa pode se apresentar como uma barreira para sua livre utilização. Pinto (2006: 88-89) nos alerta que devemos buscar superar alguns limites que têm dificultado um acesso efetivo às experiências proporcionadas pelos Espaços Públicos e dentre essas dificuldades ela observa: "preconceitos, dificuldades financeiras, escassez de tempo[...]. Já observamos então que o fato de se cobrar pela utilização de determinados espaços ocasiona uma segregação e uma marginalização de alguns usuários. Vale destacar que as taxas observadas em nossa pesquisa dizem respeito, basicamente, ao aluguel de locais destinados a espetáculos (teatros, centros culturais). Observamos em quatro espaços pesquisados a difusão de alguma prática comercial. Mesmo que em alguns casos tenha sido verificada a possibilidade de cobrança bem como o simples empréstimo, atentamos aqui para a nosso entendimento do Lazer como um tempo/espaço de contestação da política de capital vigente. Mascarenhas (2005: 155) discorre sobre a tendência do Lazer subordinar-se diretamente a produção e reprodução do Capital, "sucumbindo à forma de mercadoria" e interpretamos a cobrança verificada como um reforço dessa tendência. Atentamos para a gratuidade como essência da utilização desses espaços, estabelecendo uma contraposição a lógica mercantil que constantemente se apropria do lazer. Atestando essa possibilidade podemos citar o Teatro Municipal Otilia Schimmelpfeng (Teatro Barracão), que funciona durante a semana para

ensaios, para o desenvolvimento de projetos (tal fato será discutido mais adiante), além de ser cedido para utilização nos finais de semana sem a cobrança de tarifa. Acreditamos que não deva ser usual o aluguel destes ambientes (para formaturas, apresentações privadas, eventos), mesmo que tal prática se apresente difundida por algumas administrações públicas. Reforço que tal fato restringe a participação de alguns processos artísticos mais amadores, já que ao realizar uma cobrança, inevitavelmente, alguns grupos se verão impossibilitados de utilizar o local. Felizmente não averiguamos em nenhum dos locais pesquisados a cobrança das peças, exposições e atividades disponibilizadas pela gestão pública, representando um simples estímulo as práticas. Apontamos assim para a manutenção da gratuidade permanente e integral desses espaços, sejam eles bibliotecas, Museus, Teatros, Cinemas, Exposições, entre outros, resistindo às influências da indústria cultural que provocam transfigurações nas economias locais, provocando a privatização dos espaços públicos (MASCARENHAS, 2005). Assim tem-se a possibilidade de instigar mais pessoas a participarem e usufruírem desses espaços buscando transformá-los em “verdadeiras casamatas da vontade coletiva” (MASCARENHAS, 2005: 170).

Outro importante aspecto para a discussão é o horário de funcionamento dos espaços. De uma maneira geral os Espaços Culturais, mais especificamente museus e bibliotecas funcionam em horário restrito (basicamente o horário comercial), dificultando a apropriação dos usuários. Na grande maioria dos espaços o funcionamento se dá de segunda a sexta-feira do período da manhã até o final da tarde (08h às 19, 08h às 18, 09h às 19h30, por exemplo) e no sábado apenas pela manhã (08h30 às 13h), numa lógica que parece submeter-se ao “horário comercial”. Tal fato dificulta a apropriação da classe trabalhadora, visto que o horário de funcionamento coincide com o horário de trabalho. Assim parece-nos reduzidas às possibilidades de uma utilização constante, o que dificulta ainda mais o vínculo cidadão e espaço. Dentro os espaços estudados apenas dois se apresentam disponíveis nos finais de semana (além deles dois espaços eventualmente funcionam de acordo com a presença de exposições e espetáculos). Destaco neste momento a política de utilização implantada pela administração do Cine Teatro Fênix da cidade Apucarana, que, a princípio, funciona das 08h às 17 e somente de segunda a sexta. Este espaço fica disponível para espetáculos em outros horários,

bem como pode ser aberto de acordo com a necessidade da população. Isto abre uma possibilidade para uma participação mais efetiva da população e representa uma evolução em termos de gestão pública explicitando uma intencionalidade de atender os anseios dos cidadãos.

3.2.4 PROJETOS NOS LOCAIS

Para uma efetiva participação popular nos ambientes direcionados a experiências de Lazer deve-se levar em consideração alternativas para que a grande maioria das pessoas tenha acesso a esses espaços. Obviamente que se faz necessário, além da disponibilização dos Espaços/equipamentos, o estabelecimento de políticas que estimulem a apropriação, ainda que, ao falarmos em gestão pública os modelos relativos ao Lazer são eminentemente incompletos e por vezes falhos sendo importantes para representar uma diretriz a se seguir (BRAMANTE, 2006). Deve-se promover para a população uma educação para e pelo lazer onde uma promoção do lazer possibilite aos sujeitos condições de serem atores e construtores das vivências lúdicas oportunizadas (PINTO, 2006). Importante se faz discutir sobre os projetos que tivemos a possibilidade de elencar no decorrer da pesquisa. Torna-se imprescindível desenvolver e planejar os espaços prevendo projetos que visem vincular, principalmente a comunidade mais carente, aos espaços públicos. Marcellino (2006: 75) nos aponta que a “manutenção e animação de equipamentos de Lazer e esporte podem ser instrumentos importantes na re-significação do espaço urbano”. Dentre os espaços pesquisados apenas dois não desenvolvem projetos. Nos outros, averiguamos o desenvolvimento da dança, teatro, exposições, música e estes, a partir da descrição, realmente se mostram propícios a instigar a população para uma efetiva participação nesses espaços. Mascarenhas (2005: 173) justifica a proposição de análogos projetos:

Portanto, uma “política de lazerania” estruturada a partir do fenômeno esportivo deve apontar para a organização de projetos e programas cujo tom não seja nem a formação de atletas, de treinamento desportivo, de aptidão física, ou mesmo, de recreação – tal qual já conhecemos -, mas contemplando também estas dimensões, aliadas à arte, à música, à comunicação, à vida na natureza, ao bem estar e à qualidade de vida, à saúde, os cuidados com o corpo etc., fazerem-se como projetos e programas para a apropriação coletiva, lúdica, crítica e criativa das diversas

manifestações que compõem o patrimônio cultural brasileiro, incorporando novas formas de aprender, viver e explicar e organizar a vida social.

Assim cabe ressaltar a iniciativa apresentada na cidade de Apucarana onde pudemos observar o vínculo Escola-Espaço de Lazer. Nessa cidade os alunos das séries iniciais possuem experiências nas escolas com atividades de cunho artístico desenvolvendo a dança e o teatro e participando anualmente de uma mostra de teatro envolvendo, basicamente, os alunos da rede pública de ensino. Essa “mostra” final, bem como os ensaios acontecem basicamente em espaços públicos de lazer, destacando aqui o Cine Teatro Félix, que é o local “oficial” da mostra. Outra proposição a ser mencionada é o projeto “Arte por toda a parte”, desenvolvido pela Prefeitura de Foz do Iguaçu, que busca atingir a população carente com o desenvolvimento de aulas gratuitas de dança, música, pintura, teatro, etc. Tais intervenções ocorrem nos espaços públicos de lazer da cidade e dentre os locais que recebem o projeto estão o Teatro Municipal Otília Schimmelpfeng (Teatro Barracão) e a Fundação Cultural da cidade, estabelecendo um interessante programa de intervenção que vêm a complementar a proposição dos espaços. Marcellino (2006: 76) alerta que “é necessário que cada vez mais o poder público crie políticas de lazer que possam dar mais ênfase aos espaços e equipamentos”. Sobre isso Rechia corrobora:

Embora o planejamento dos espaços seja de fundamental importância para oportunizar experiências no âmbito do lazer e dos esportes, essas intervenções deverão estar, sempre que possível, conectadas a políticas públicas que realmente atendam aos anseios do cidadão. (2005: 61)

Estabelecer projetos e intervenções contínuas possibilita experiências constantes para os indivíduos do meio urbano contribuindo para uma re-significação dos espaços, através do estabelecimento de laços afetivos, transformando-o em “lugar” segundo a concepção apresentada por Santos (1996,1996). Rechia (2005: 62) argumenta que é preciso se entender a questão urbana e seu tratamento “no que se refere tanto ao planejamento dos espaços quanto aos programas de intervenção”. Assim representa-se a importância de ir além da proposição, sem esquecermos de nos lembrar que o anseio de apropriação já se inicia no processo de construção do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encaminhar nossas considerações sobre os resultados de nossa pesquisa iniciamos nos questionando sobre o papel da população na proposição dos espaços públicos de lazer. Já foi discutida anteriormente a pertinência de inserir a população no processo de implantação de um espaço público. Durante nossa pesquisa não foi perceptível um interesse da gestão pública em partir dos anseios populares, mesmo que não tenhamos tido condições de esmiuçar os processos históricos de proposição de cada local. A arquitetura da grande maioria dos locais nos indica que parte-se de modelos pré-definidos, já tidos anteriormente como funcionais, universais ou “adequados”. Verificamos sim uma tendência a modelização dos espaços, mesmo que em dados momentos esta possa ser “justificável”. Harvey (2004) em suas críticas reconhece que não foi apenas um descaso com a estética que motivou um desenvolvimento modernista da arquitetura na Europa, modernismo esse que dispensou a tudo ar de semelhança, mas também as condições econômicas, de escassez financeira, que foram decisivas para que fosse dissipada tal arquitetura. Cabe-nos apontar que as motivações para a verificação de uma arquitetura modernista nas cidades pesquisadas podem ser infundáveis, destacando desde a escassez de dinheiro público até a ignorância dos administradores para as questões estéticas. Atualmente, como Harvey nos indica, já se observa uma atenção para a questão das marcas identitárias, que caracterizam a arquitetura pós-moderna e funcionam como um resgate às questões estéticas. Infelizmente esse resgate das questões estéticas partiu de interesses capitalistas que criam uma identidade própria para locais, cidades, bairros, mas nunca partindo de uma identidade. Corre-se o risco de passar de uma modelização imposta para a criação de marcas identitárias que não partem da população. Destacamos a importância de se entender a produção do espaço como parte constituinte da dinâmica de acumulação do capital. Muitas vezes, e assim nos pareceu no decorrer de nossa pesquisa, negligenciamos as marcas impostas pela geografia capitalista. Essa geografia, muitas vezes, tem tido o poder de municiar a lógica do capital, se estabelecendo como um mecanismo de contenção das tensões das lutas de classe. Durante nossa análise predominaram as proposições do espaço a partir de paradigmas pessoais e já pré-determinados. Questionamos a falta de participação da população visto que a constituição espacial

envolve uma “construção” do mundo, onde, mais que um desejo pessoal, observamos inúmeros fatores envolvidos. Interesses de classe, poderes políticos e discursos de atuação são fatores envolvidos e que estão no bojo da produção social do espaço. Harvey (2004) nos cita a importância de entender as contradições espaço-temporais inerentes ao capitalismo para que possamos estabelecer uma resistência à universalização dos projetos imperialistas do capitalismo. Pensamos sim em transformar o mundo e, dentro dessa mudança, o papel do espaço se apresenta como pontual nesse processo. Sobre isso Harvey aponta:

Ao mudar o mundo mudamos a nós mesmos. Como, então, pode algum de nós falar de mudança social sem ao mesmo tempo estar preparado, em termos tanto mentais como físicos, para alterar a si mesmo? Inversamente, poderemos transformar a nós mesmos sem transformar nosso mundo? (2004: 307)

Dessa forma explano sobre a possibilidade de um fortalecimento comunitário estando a comunidade com uma forte atuação política a partir de uma política de coletividade. Defendo a formação de identidades coletivas como uma possibilidade de resistência organizada e cabe a comunidade estabelecer também o ambiente e o espaço dessas coletividades. Não podemos deixar de mencionar que o espaço torna-se também capaz de moldar a pessoa política, bem como ditas as possibilidades do ser político (HARVEY, 2004).

Enfatizamos então a necessidade de a população participar ativamente desse processo dos processos de construção e proposição do espaço, inclusive sobre as questões estéticas, para que o espaço possa representar realmente aquilo que a população deseja. Neste sentido devemos destacar as iniciativas das prefeituras, que vêm tentando contornar a falta de apropriação de alguns locais com a implantação de projetos que visam atrair uma participação mais efetiva da população. Muitas vezes tidos como espaços de segregação, através do desenvolvimento de projetos direcionados a população mais carente, poderemos tornar os espaços culturais como espaços da diversidade, como um verdadeiro foco no desenvolvimento coletivo e criativo. É preciso que os populares estejam vinculados a tais ambientes, tornado o espaço realmente relevante e tornando seu uso cotidiano.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**, *Fragmentsos Filosóficos*. Trad. de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro. Zahar, 2006.

ARENDT, Hanna. **A crise da cultura: sua importância social e política**, *Entre o passado e o futuro*, São Paulo, perspectiva, 2ª Edição, 1979: 248 – 281.

BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. IN: **Teoria da Cultura de Massa**. / Luiz Costa Lima (Org.) – São Paulo, Paz e Terra, 321-338, 2000.

BRAMANTE, Antonio C. Transversalidade do Lazer na Educação e Cultura. **Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias**. / João Eloir Carvalho (Org.) – Curitiba: Champagnat: 13-18, 2006.

BRUHNS, H. T. Lazer e consumo: Elementos para a reflexão. IN: **Enfoques contemporâneos do Lúdico: III Ciclo de Debates Lazer e Motricidade**. BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. (Orgs.). Campinas – SP. Autores Associados. Comissão de pós-graduação da Faculdade de Educação Física da Unicamp, 2002.

CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópoles. Vozes. 2005.

FRANÇA, Rodrigo de; RECHIA, Simone. O Estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte e lazer: apropriação, desapropriação ou reapropriação? IN: **Esporte e Lazer – Subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas** / organizadores CAVICHIOLLI, F. R.; MEZZADRI, F. M.; SOUZA, D. L. Jundiaí, SP: Fontoura: 61-74, 2006.

GOMES, Paulo César da Costa. **A Condição Urbana: Ensaio de Geopolítica na cidade**. Rio de Janeiro. Editora Bertrand, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro. LTC – Livros técnicos e científicos Editora S. A ., 1989.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Lazer e Prazer: Questões Metodológicas e Alternativas Políticas**. Campinas –SP. Autores Associados, chancela editorial, CBCE, 2001.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. Trad: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo. Editora Loyola. 2000.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes cidades**. São Paulo. Martins Fontes, 1996.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. Cotia – SP. Ateliê editorial. 2001.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade, 1901**; tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. A Categoria Espaço na Teoria Social. **Revista Temáticas**. Campinas, 4(7): 191-238, jan./jun. 1996.

MACHADO, Arlindo. **A Ilusão Espetacular: Introdução a Fotografia**. São paulo/rio de janeiro. Brasiliense/Funarte, 1984.

MARCASSA, Luciana. As faces do lazer: categorias necessárias a sua compreensão. Anais do **Encontro Nacional de Recreação e Lazer** - 15 ENAREL. Santo André, 2003.

MARCASSA, Luciana. Lazer – Educação. **Dicionário Crítico do lazer**. /Christianne Luce Gomes (Org.)...

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer, Espaço Urbano e Transversalidade. **Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias**. / João Eloir Carvalho (Org.) – Curitiba: Champagnat: 71-82, 2006.

MASCARENHAS, Fernando. Em busca do ócio perdido: Idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do lazer. **Dialética do Lazer**. / Valquíria Padilha (Org.) – São Paulo, Cortez, 75-103 , 2006.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer e Utopia: limites e possibilidades de ação política**. Revista Movimento. Porto Alegre, vol. 11, n°3, p.155-182, setembro/dezembro, 2005.

MASCARENHAS, Fernando. **O Pedaco Sitiado: Cidade, Cultura e Lazer em Tempos de Globalização**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Campinas, vol. 24, n°3, p.121-143, Maio, 2003.

MASCARENHAS, Fernando. **O Lazer como Prática da Liberdade: uma proposta educativa para a juventude**. Goiânia. Editora da UFG, 2003.

MÜLLER, Andre. Espaços e Equipamentos de Lazer e Recreação e as Políticas Públicas. In: MÜLLER, Ademir, BURGOS, Miria Suzana. (Org.). **Coletânea de Textos do Encontro Nacional de Recreação e Lazer** - 14 ENAREL. 01 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, v. 01, p. -.

PADILHA, Valquíria. Consumo e lazer reificado no universo onírico do *shopping center*. **Dialética do Lazer**. / Valquíria Padilha (Org.) – São Paulo, Cortez, 126-155, 2006.

PELLEGRIN, Ana De. Lazer, corpo e sociedade: articulações críticas e resistências políticas. **Dialética do Lazer**. / Valquíria Padilha (Org.) – São Paulo, Cortez, 104-125, 2006.

PINTO, Leila M. S. De Magalhães. Transversalidade do Lazer no Espaço Urbano. **Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias.** / João Eloir Carvalho (Org.) – Curitiba: Champagnat: 83-90, 2006.

RECHIA, Simone. **Espaço e Planejamento Urbano na Sociedade Contemporânea: Políticas públicas e a busca por uma marca identitária na cidade de Curitiba.** Revista Movimento. Porto Alegre, vol. 11, n°3, p.49-66, setembro/dezembro, 2005.

RECHIA, Simone. **Parques Públicos de Curitiba: A Relação Cidade-Natureza nas experiências do Lazer.** Campinas, 2003. Tese de Doutorado e Educação Física, Departamento de Educação Física. Unicamp.

RECHIA, Simone. O Pulsar da Vida Urbana: O espaço, o lugar e os detalhes do cotidiano. **Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias.** / João Eloir Carvalho (Org.) – Curitiba: Champagnat: 91-102, 2006.

SANTAELLA, Lucia.; NOTH, Wifried. **Imagem: Cognição, Semiótica e Mídia.** São Paulo. Editora Ilumiuras. 1997.

SANTOS, Milton. **A metamorfose do espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** 5ª Edição. Ed. São Paulo. HUCITEC, 1997 a.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo. HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

TUAN, Yu Fu. **Topofilia: Espaço e Lugar: A perspectiva da Experiência.** Trad: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

ANEXOS

PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER

Cidade: _____ . Data: ___/___/___ (_____) .

Contato: _____ . Função: _____ .

ESPAÇO: _____ .

PERFIL

Caráter / Responsável: _____ .

Localização: _____ .

Público que atende: _____ .

OBJETIVO

Finalidade: _____ .

Específico Não – específico

Função Básica:

- | | | | |
|-----------------------------------|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> Trabalho | <input type="checkbox"/> Educação | <input type="checkbox"/> Formal | <input type="checkbox"/> Religiosa |
| <input type="checkbox"/> Viários | <input type="checkbox"/> Cívicos | <input type="checkbox"/> Domésticos | <input type="checkbox"/> Gastronômicos |
| <input type="checkbox"/> Naturais | <input type="checkbox"/> Culturais | <input type="checkbox"/> Esportivas | <input type="checkbox"/> Recreativas |
| <input type="checkbox"/> Turismo | <input type="checkbox"/> Sociais e associativas | <input type="checkbox"/> De expressão física e atlética | |

HISTÓRICO

Fundação: _____ .

Origem: _____ .

ACESSIBILIDADE

Espaço físico _____ .

Valor: _____ .

Horário: _____ .

Tempo: _____.

Diário

Fim de semana

Férias

DESCRIÇÃO

Área total: _____.

Equipamentos: _____

Materiais: _____

Condições: _____

Limpeza

Segurança

Iluminação

Manutenção

Banheiros: _____.

APROPRIAÇÃO

Projetos: _____.

Faixa etária / Sexo: _____.

Outras formas de apropriação: _____.

_____.

SUGESTÕES

OBSERVAÇÕES

OBS: link para as imagens dos espaços.